

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VICTORIANO CASTELO ANTONIO

**CONTRATO DE CÂMBIO: RELAÇÃO COM OS BANCOS E O COMÉRCIO  
EXTERIOR**

CURITIBA  
2015

VICTORIANO CASTELO ANTONIO

**CONTRATO DE CÂMBIO: RELAÇÃO COM OS BANCOS E O COMÉRCIO  
EXTERIOR**

Trabalho sobre Contrato de Câmbio: Relação com os Bancos e o Comércio Exterior, apresentado à disciplina de Monografia, do curso de Especialização em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, como requisito de avaliação da disciplina.

Orientador: Prof. Eros Eloy da Silva Nogueira

CURITIBA  
2015

## RESUMO

Este trabalho retrata a importância do contrato de câmbio e sua influência no cumprimento dos pagamentos internacionais de compra e venda de mercadorias e serviços. Destacamos a moeda como sendo o objeto principal na operação de compra de mercadoria; evidenciamos o seu surgimento, evolução e importância na criação do sistema econômico internacional. Em função disso, relacionamos o contrato de câmbio e as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio, ressaltando a importância da operação de câmbio como mecanismo de troca e transferência de valores garantindo a comercialização de mercadorias e serviços entre o importador e exportador. Analisamos a estrutura e a constituição do sistema econômico mundial, bem como as principais instituições que regulamentam e fiscalizam o comércio internacional, garantindo desta forma, a circulação em segurança das mercadorias e serviços em todo mundo. Simulamos a elaboração prática do contrato de câmbio em um processo de importação, dando relevância as negociações entre as partes envolvidas; os documentos necessários; as condições estabelecidas entre as partes e as responsabilidades a serem cumpridas durante o processo. Por fim, concluímos que contrato de câmbio é o documento oficial que representa a vontade e as responsabilidades do importador e exportador no processo de comércio exterior, constituindo-se desta forma, no comprovante financeiro, jurídico e comercial de segurança para as partes em caso de descumprimento ou falha no processo de comercialização.

**Palavras Chave:** Contrato, câmbio, comércio exterior.

## **ABSTRACT**

This work depicts the importance of the exchange agreement and its influence on compliance with international payments of purchase and sale of goods and services. We highlight the currency as the main subject at merchandise purchase transaction, we noted its emergence, evolution and importance in the creation of the international economic system. As a result, we relate the exchange contract and financial institutions authorized to operate in the exchange market, emphasizing the importance of the exchange transaction as an exchange mechanism and transfer values ensuring the marketing of goods and services between the importer and exporter. We analyze the structure and constitution of the world economic system, and the main institutions that regulate and supervise international trade, thus ensuring the outstanding safety of goods and services worldwide. We simulate the practical preparation of the exchange contract in an import process, giving relevant negotiations between the parties involved, the necessary documents, the conditions agreed between the parties and responsibilities to be met during the process. Finally, we conclude that the exchange contract is the official document that represents the will and responsibility of the importer and exporter in foreign trade process, becoming this way, in the financial, legal and commercial proof security to the parties in the event of noncompliance or failure in the marketing process.

**Keywords:** Contract, foreign exchange, foreign trade.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2</b>	<b>DEFINIÇÃO DO PROBLEMA</b> .....	9
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	9
3.1	OBJETIVO GERAL.....	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFIOS.....	10
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA TEÓRICA E EMPÍRICA DA PESQUISA</b> .....	10
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	11
<b>6</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	11
6.1	CÂMBIO.....	11
6.1.1	Origem do câmbio.....	11
6.2	A moeda.....	13
6.2.1	A origem da moeda.....	13
6.2.2	Funções e tipos de moeda.....	14
6.3	A HISTÓRIA DO DINHEIRO.....	15
6.4	A HISTÓRIA DOS BANCOS.....	15
6.5	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN).....	17
6.5.1	Estrutura do sistema financeiro nacional.....	18
6.6	SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	21
6.6.1	Surgimento da economia internacional.....	22
6.6.2	Os principais acordos econômicos e organizações de comércios internacionais.....	24
6.7	O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	29
6.8	MERCADO DE CÂMBIO.....	30
6.8.1	Subdivisão do mercado cambial.....	32
6.9	TAXA DE CÂMBIO.....	36
6.9.1	Tipos de taxas de câmbio.....	39
6.10	OPERAÇÕES DE CÂMBIO.....	44
6.10.1	Classificação das operações de câmbio.....	45
6.10.2	Formas de troca das moedas.....	46
6.10.3	Exemplos práticos de operações de câmbio.....	48
6.11	O CONTRATO DE CÂMBIO.....	52
6.11.1	O Sisbacen.....	54

<b>7 ELABORAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO EM UM PROCESSO DE IMPORTAÇÃO.....</b>	<b>55</b>
7.1 PROCESSO DE IMPORTAÇÃO.....	55
7.2 DOCUMENTOS DE IMPORTAÇÃO.....	59
7.3 SIMULAÇÃO DA EMISSÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO.....	62
7.4 FLUXOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO.....	69
<b>8 CONCLUSÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>9 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Devido aos avanços da tecnologia da computação, com a construção de computadores com elevadas capacidades de armazenamento de dados, dos sistemas de informação e de telecomunicação que permitem a integralização dos computadores à rede internacional de internet; na logística, com a codificação da linguagem do sistema internacional de comércio para o transporte, comercialização e armazenamento de mercadorias; na tecnologia de transportes, com a construção de navios, aviões e caminhões de grande porte, permitindo assim o transporte com segurança e maior rapidez de grandes quantidades de mercadorias, o comércio internacional passou a movimentar um volume muito elevado de recursos financeiros entre nações de diferentes blocos comerciais.

Desta forma, houve a necessidade de regulamentação desse sistema objetivando a formalização e o controle dessas operações financeiras.

Em função desse elevado volume de transferências de valores nas operações de comércio entre as nações, o contrato de câmbio tornou-se um dos mais importantes documentos para a formalização destas transferências. Por essa razão, tornou-se obrigatória a elaboração deste em toda operação de câmbio entre importadores e exportadores.

O câmbio é a operação que origina a elaboração do contrato de câmbio. Ele é simplesmente a troca de moeda, letras, notas e valores de um país para outro, pois estamos considerando que o comércio ocorre entre países com diferentes tipos de moedas. Outro instrumento importante na efetivação do contrato de câmbio é a taxa de câmbio.

A transferência de moedas entre dois países é convertida por intermédio de uma taxa que é estabelecida pelo mercado em função da estabilidade ou da credibilidade das moedas a serem trocadas na operação de câmbio. A taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira em unidade ou frações da moeda nacional. Essa taxa estabelece o poder de compra de uma moeda em relação à outra. Vale ressaltar que essa operação de câmbio ocorre em lugar abstrato onde interagem as instituições financeiras, os consumidores interessados na operação de câmbio e as normas internacionais de operação. Esse espaço é chamado de mercado de câmbio.

Porém, a operação de câmbio e a emissão do contrato de câmbio no Brasil devem ser conduzidas pelo estabelecimento bancário autorizado a operar com câmbio. Por esse motivo, os bancos são umas das poucas instituições autorizadas a efetuar esta operação. Dessa forma, o banco caracteriza-se como o agente internacional de câmbio, tendo como função fazer a transferência de valores entre o comprador e o vendedor, utilizando-se das suas agências correspondentes no exterior. Assim, o pagamento é realizado por intermédio de bancos, tendo como código de comunicação o uso de mensagens codificadas de conhecimento dessas instituições.

A operação de câmbio pelos bancos exige muito cuidado e atenção, pois a cada dia, o valor internacional do dinheiro de um país pode estar menos ou mais valorizado no mercado. Por esse motivo, no Brasil os bancos que negociam operações de câmbio, são fiscalizados e autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Por conseguinte, na atual estrutura de mercado cambial, as taxas praticadas nas compras e vendas de moeda estrangeira são livres e determinadas pelo próprio mercado. Desse modo, o Banco Central intervém nesse mercado somente quando julgar necessário, comprando ou vendendo moeda estrangeira para outros bancos.

O comércio exterior é caracterizado pela movimentação de dinheiro entre países, formalmente intermediados pelos bancos e oficializados pelo contrato de câmbio.

No Brasil, o Banco Central tem como mecanismo de controle do comércio exterior a associação dos contratos de câmbio aos despachos de importação e ou de exportação concluídos. Assim, o Banco Central controla a balança comercial brasileira e com esses dados, analisa esses indicadores em relação ao resto do mundo.

Vale ressaltar que uma das principais características do comércio exterior é a de que os agentes estão situados em países diferentes e que a operação comercial está sujeita às normas internas de cada país participante e, conseqüentemente, das leis de comércio internacional, dependendo da autorização desses países. Considerando o aspecto cambial, este abrange a definição prévia das moedas a serem utilizadas, bem como as operações de câmbio envolvidas, além da transferência de dinheiro do pagamento do



comprador para o vendedor sempre intermediado por bancos previamente autorizados a efetuar tal operação.

## **2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA**

O elevado volume de operações de câmbio pelas instituições financeiras tem servido como indicador de controle da balança comercial, bem como orientador do nível de atividade econômica dos diferentes setores da economia dos países em relação ao resto do mundo. Os órgãos reguladores da economia internacional têm aprimorado os sistemas de controle dessas operações, além de instituírem normas internacionais para a mensuração, regularização e controle dessas atividades em função do elevado volume financeiro movimentado nessas operações.

Sendo um comprovante financeiro e jurídico de transferência e troca de moeda, o contrato de câmbio tornou-se o documento legal de remessa internacional de valores e a ligação entre os setores jurídico, financeiro, comercial e bancário no processo de comércio exterior.

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Descrever o processo de elaboração do contrato de câmbio pelos bancos relacionando-o ao comércio exterior.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever os conceitos de câmbio e da estrutura do mercado de câmbio, bem como os órgãos reguladores do mercado de câmbio brasileiro e internacional;
- Retratar o processo de elaboração do contrato de câmbio e os fatores que influenciam na sua efetivação;
- Evidenciar a importância do contrato de câmbio e dos bancos no processo de comércio exterior;

- Analisar as leis e os órgãos reguladores do comércio internacional;
- Simular um processo de elaboração do contrato de câmbio no processo de importação.

#### **4 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E EMPÍRICA DA PESQUISA**

Este trabalho é justificado pelo fato do atual sistema financeiro internacional estar passando por um processo de crise financeira, justificada pela falência de um número elevado de instituições financeiras e bancárias em várias partes do mundo; por um baixo nível de confiança dos investidores com as instituições e com os governos nas decisões de aplicações de recursos; no aumento do risco de não pagamento dos empréstimos pelos governos aos fundos e bancos de internacionais. Sendo assim, o contrato de câmbio sendo o único instrumento financeiro, jurídico e comercial que garante a legitimidade das transferências de valores no processo de comércio exterior tem sido o principal instrumento que comprova o envio e recebimento de valores entre importador e exportador, preservando desta forma, todas as condições estabelecidas anteriormente pelas partes envolvidas na negociação.

Por meio deste trabalho, procuramos evidenciar a importância do contrato de câmbio como instrumento de defesa dos direitos e vontade das partes envolvidas no processo de comércio exterior, garantindo assim o funcionamento e a credibilidade do mercado de câmbio dentro da estruturação do sistema financeiro internacional.

#### **5 METODOLOGIA**

Este trabalho configura-se como um estudo bibliográfico documental descritivo e qualitativo, simulação. Assim sendo, salienta-se que o estudo bibliográfico foi dirigido buscando-se retratar os principais fundamentos teóricos relacionados ao contato de câmbio e o processo de comércio exterior, realçando-se a participação das instituições financeiras e bancárias no processo. Para o alcance dos objetivos deste trabalho, foi feita uma simulação de elaboração do contrato de câmbio por meio de um processo de importação,

ilustrando-se as partes envolvidas no processo e os instrumentos que determinam a efetivação do contrato pelos bancos. Diante da metodologia aplicada, Fachin (2001, p. 53) cita que “de modo geral, numa pesquisa estão correlacionados vários métodos e naturalmente os que figuram por ordem prioritária, de conformidade com a estratégia do pesquisador, a fim de atingir o objetivo”. Em função disso, a simulação de emissão do contrato de câmbio é realizada com o objetivo de demonstrar a estrutura do documento e os pontos relevantes nele destacados.

## **6 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **6.1 CÂMBIO**

Desde o início das civilizações, a sociedade tenta resolver o conflito entre os desejos ilimitados por bens e serviços e a escassez dos recursos com os quais são produzidos esses bens e serviços. Portanto, quando existe essa escassez, a sociedade só pode obter mais de uma coisa se receber menos de outra.

Câmbio, em português; *cambiar* em espanhol; *exchange* em inglês, todas essas traduções significam a mesma coisa: trocar. O câmbio nada mais é do que a simples troca de moeda estrangeira. A troca de dólar por reais é câmbio, dólar por marco alemão também, Hartung (2001).

Assim, o câmbio caracteriza-se pela troca ou conversão da moeda estrangeira pela nacional.

#### **6.1.1 ORIGEM DO CÂMBIO**

No início das civilizações não havia moeda. A sociedade praticava o escambo, ou seja, as pessoas trocavam mercadorias entre si. Por meio do escambo, não havia equivalência de valor entre os produtos trocados, ou seja, o objetivo principal era efetuar a troca da mercadoria para suprir determinadas necessidades, sem se preocupar com o que valia mais ou menos no momento da troca.

Nesse sentido, ressalta-se que para que uma mercadoria possa servir como moeda, para que ela possa se beneficiar dessa “aceitação maciça” dos membros de uma comunidade de trocas, ela deve apresentar as qualidades de utilidade de um bem econômico: ser suficientemente rara para ter valor, corresponder a uma necessidade para ser desejada, procurada e para ser aceita, sem dificuldades, em troca de outros bens e serviços, (HUGON, 1973).

Nesse período, algumas mercadorias, por terem mais utilidade, passaram a ser mais procuradas do que outras, e por terem uma maior aceitação, assumiram a função de moeda-mercadoria. Moeda-mercadoria eram as mercadorias que apresentavam várias vantagens relativamente às outras, como por exemplo, o gado bovino, que poderia ser usado como meio de locomoção própria, reprodução, prestação de serviços etc.

Contudo, ressalta Mota (1979) que a moeda-mercadoria caracterizava-se por apresentar valor intrínseco, isto é, o importante era a matéria em si. A moeda, então, assumiu duas modalidades básicas: mercadorias diversas e moeda metálica. As mercadorias diversas eram aqueles bens mais escassos, tais como animais, produtos agrícolas etc., e a moeda metálica, geralmente era feita de ouro, prata ou então de uma liga desses metais.

Com isso, o homem descobriu o metal e suas diversas vantagens. Assim, passou a utilizá-lo na fabricação de seus utensílios e armas, instrumentos que anteriormente eram feitos de pedra. Devido à raridade, à facilidade de transporte, à beleza e à possibilidade de transformá-lo em tesouro, o metal passou a ser considerada a principal medida de valor.

Posteriormente à sua padronização, o metal era trocado sob as mais diversas formas. Inicialmente, em seu estado natural, bruto; depois na forma de barras; e com passar do tempo, sob a forma de objetos como anéis, colares, braceletes etc. Apesar de ser considerada a medida padrão, o metal ainda precisava ser pesado para se avaliar o seu grau de pureza todas as vezes que iria ser trocado por outro produto. Desse modo, para se evitar todo esse trabalho e facilitar a vida dos comerciantes daquela época, o metal ganhou forma definida e peso determinado, recebendo uma marca indicando o seu valor e a impressão da sua procedência, fatos esses que garantiram a valoração do metal.

## 6.2 A MOEDA

Viceconti e Neves (2009, p. 283) definem a moeda como “um bem que possui aceitação geral na sociedade e que seja utilizada como forma de pagamento nas transações de compra e venda”.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que a moeda representa um bem legal com elevada capacidade de pagamento, criada principalmente para regulamentar o sistema econômico como um todo.

### 6.2.1 A ORIGEM DA MOEDA

Devido aos desequilíbrios e conflitos existentes entre as partes intervenientes nas transações de mercadorias nas sociedades primitivas, surgiu à necessidade de se utilizar um intermediário nas trocas de mercadorias, que tivesse uma atração e aceitação geral na sociedade.

De acordo com Mota (1979, p. 15), a “origem da moeda está intimamente relacionada com a evolução dos sistemas econômicos. A natureza dinâmica das atividades produtivas e as forças de mercado forçaram, sem dúvida, o surgimento da moeda”.

Naquela época, o processo de fabricação da moeda era manual e grosseiro, apresentando bordas muito irregulares e simples. Os primeiros metais utilizados na fabricação de moedas na época foram o ouro, a prata e o cobre. Porém, as moedas refletiam a mentalidade do povo daquela época, pois, por intermédio delas eram evidenciados aspectos políticos, econômicos e culturais.

Era pela impressão da marca oficial nas moedas que se reconheciam as personalidades ilustres que viveram e fizeram história há muitos anos atrás. Assim, uma das primeiras figuras históricas a ter sua marca registrada numa moeda foi Alexandre, O Grande, da Macedônia, por volta de 330 a.C. Desta forma, quando uma pessoa recebesse uma moeda com a impressão da imagem oficial de Alexandre, O Grande, ela já sabia a origem da moeda e a garantia de seu valor.

Nesse sentido, ressalta-se que este sistema de fabricação das moedas se manteve por muito tempo, até quando começaram a aparecer outros tipos de metais que passaram a constituir a marcação das moedas. Por conseguinte,

a moeda passou a ser utilizada no comércio pelo valor gravado em uma das suas faces, da mesma forma que acontece nos dias de hoje, independente do metal utilizado e da quantidade utilizada na sua fabricação.

## 6.2.2 FUNÇÕES E TIPOS DE MOEDA

Desenvolvida com o objetivo de estabelecer o equilíbrio no comércio das comunidades primitivas, no qual predominava o escambo como forma de comércio, isto é, a troca de uma mercadoria diretamente por outra, a moeda viria para eliminar problemas comerciais, tais como: a indivisibilidade dos bens, a coincidência de interesses e a dificuldade de transporte das mercadorias.

À medida que se tornava o ativo de maior liquidez no mercado, a moeda evidenciou-se por preservar três funções básicas que garantiam a sua aceitação no mercado, sendo elas, instrumento de troca, medida comum de valor e reserva de valor, Mota (1979).

Com as funções de intermediária de troca, medida comum de valor e reserva de valor, a moeda tornava-se o ativo com maior credibilidade no mercado.

Na Idade Média, com o tempo, as pessoas passaram a adquirir o costume de guardar seus objetos de valor como prata e ouro com os ourives (nome atribuído na época aos fabricantes e vendedores de peças feitas com ouro ou prata) e depois em bancos. Porém, eles entregavam às pessoas, como garantia um recibo, que com o passar do tempo começou a ser utilizado para efetuar pagamentos, circulando de mão.

Porém, no Brasil, os primeiros bilhetes de banco, que vieram antes das cédulas atuais, foram lançados pelo Banco do Brasil, em 1810, e tinham seus valores preenchidos à mão, tal como fazemos com o cheque atualmente.

Porém, a moeda manual usada atualmente não necessita ser lastreada em metal precioso, pelo que basta somente ter o seu valor gravado em uma das faces e a aceitação geral dos agentes econômicos.

### 6.3 A HISTÓRIA DO DINHEIRO

Com o aumento das trocas de mercadorias entre os diferentes países, apareceram as dificuldades com o transporte e a segurança nas operações monetárias ao utilizar-se a moeda. Tais fatos originaram a necessidade de criação de um novo instrumento monetário que permitisse a transferência de maiores valores, além de melhores seguranças nas operações financeiras.

Segundo (HUGON, 1973), tais inconvenientes vão determinar o aparecimento da nota de banco, que é um instrumento monetário cujo valor é invariável, pagável à vista, representando uma cifra “redonda”, transmissível ao portador e emitida por um estabelecimento de crédito conhecido de todos.

Desta forma, o dinheiro pode ser definido como o ativo com maior credibilidade ou liquidez existente no mercado. Ou seja, com ele, o ser humano consegue adquirir com pouco esforço e num curto período de tempo a maioria dos ativos em comercialização no mercado.

No Brasil colonial, utilizávamos moedas de ouro, prata e cobre todas trazidas de Portugal. Com o passar do tempo, as moedas passaram a ser fabricadas no Brasil. Posteriormente, os governos se encarregaram da emissão das cédulas (notas), controlando, assim, as falsificações e garantindo o poder de pagamento, isto é, garantindo que as cédulas realmente tivessem valor comercial. Atualmente, quase todos os países possuem seus bancos centrais que são responsáveis pela emissão das cédulas e moedas.

A moeda de papel evoluiu muito quanto à técnica utilizada na sua impressão. Hoje o papel no qual as cédulas são impressas é especialmente preparado, e somado a diversos processos de impressão, esse fato garante alta segurança e condições de durabilidade.

### 6.4 HISTÓRIA DOS BANCOS

Na antiguidade, por motivos de crença, as pessoas dirigiam-se aos templos religiosos para fazerem orações, adorarem seus deuses e também para guardarem o que tinham de valor. Elas procediam dessa forma, porque nos templos seus pertences ficariam seguros e bem guardados, pois eram considerados lugares sagrados e protegidos pelos sacerdotes.

Segundo Gonçalves *et al.* (1998, p.06), “o mundo medieval era ao mesmo tempo particularista, ou seja, baseado no poder local, e universalista, baseado na hegemonia cultural e religiosa da igreja, a qual impunha imensas barreiras a mudanças no *status quo*”.

Os sacerdotes guardavam os bens das pessoas e os usavam para ajudar outras pessoas, do mesmo modo, essas pessoas que foram ajudadas tinham o compromisso de pagar algo a mais para compensar o favor do sacerdote. Assim, ao pagar pelo favor, tais pessoas garantiriam que os bens guardados por aquelas primeiras pessoas estivessem ali quando elas fossem pegá-los de volta.

Mais tarde, na Idade Média, surgiram os ourives, fabricantes e vendedores de peças feitas com ouro e prata, que passaram a cuidar do dinheiro das pessoas na época. Tal fato aconteceu, pois os ourives já trabalhavam com ouro e outros materiais preciosos, transformando-os em joias e outros objetos de valor. Com isso, as pessoas tinham confiança nestes profissionais, então, começaram a pedir para que eles guardassem seu dinheiro e suas riquezas para emprestar aos outros. Os ourives entregavam recibos às pessoas, anotando ali a quantidade de dinheiro que elas lhes davam para guardar.

Nas atividades de empréstimo, guarda e entrega de recibos, os ourives tornaram-se os primeiros banqueiros e o lugar onde eles trabalhavam derretendo o ouro e fazendo joias, passou a ser chamado de bancos.

Considerando a constituição jurídica atual, podemos conceituar os bancos de acordo com (GRANEIRO; MOURA, 1992, p. 5):

Banco é uma empresa que tem por finalidade básica atuar como intermediador entre a poupança e a produção. Além disso, presta diversos serviços, tais como: transferência de dinheiro de pessoas para outras na mesma localidade ou para lugares diferentes; cobrança por conta e ordem de cliente; e, também, pagamento por determinação e responsabilidade de quem lhe contrata serviços.

Assim, em função das suas múltiplas operações financeiras, é notória a presença dos bancos no processo de transferência de valores entre os agentes econômicos. Dessa forma, quanto mais crescia o comércio entre nações, cidades e pessoas, simultaneamente mais importantes se tornavam os bancos.



Com isso, os bancos apresentam dentro das suas operações financeiras os seus dois principais instrumentos de trabalho que, conseqüentemente, constituem a sua maior fonte de geração de lucros. Tais instrumentos são simultaneamente o dinheiro (a moeda) e o crédito, ambos presentes nas operações de intermediador de poupança e de produção, (GRANEIRO; MOURA, 1992).

Assim, os bancos conseguem gerar diariamente um número elevado de operações de poupança e crédito, transformando-as em instituições com uma grande capacidade de geração de divisas e um forte parceiro na constituição e funcionamento do sistema financeiro mundial.

## 6.5 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN)

Todo sistema é constituído por várias partes, de vários elementos integrados para funcionar de maneira organizada, correta e eficiente, objetivando executar funções e atingir metas previamente estabelecidas. Não sendo diferente, o Sistema Financeiro Brasileiro também é um conjunto de instituições que, juntas, fazem movimentar a economia do país.

Começando desde a transferência da família real para o Brasil no início do século XIX, até o período pós-segunda guerra mundial, o Sistema Financeiro Nacional funcionou de forma simplificada no Brasil. A origem deste sistema deve ser considerada através da criação do Banco do Brasil em 1808, por alvará de D. João VI. No ano seguinte, esse banco passou a acumular as funções de banco de depósitos, descontos e emissão, posteriormente a função de poder vender produtos comercializados pela Coroa. Em 1920, o Brasil, por decisão do Presidente Epitácio Pessoa, na Convenção de Bruxelas, assumiu o compromisso de criar um Banco Central, (GRANEIRO; MOURA, 1992).

Historicamente, o Sistema Financeiro Nacional sempre esteve diretamente ligado aos objetivos e determinações estipulados pelo poder político ou pelo poder concentrado de certo grupo no poder. Por se tratar de um órgão que tem por metas dirigir e organizar a economia de um país, o Sistema Financeiro Nacional está sempre em constantes mudanças, isto é, tende a se adaptar às mutações políticas, econômicas e sociais do país. Porém, fatores tecnológicos, ambientais, como aumento da velocidade da informação, que

ampliam diretamente o número de operações financeiras e a escassez de recursos naturais ou catástrofes ambientais, também afetam significativamente o sistema.

#### 6.5.1 ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Organizacionalmente, o Sistema Financeiro Nacional é formado por instituições que monitoram constantemente as atividades executadas pelos agentes financeiros, e também, por instituições que lidam com o dinheiro da população.

Hierarquicamente, no Brasil, o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional, que é composto pelo Ministro da Fazenda, pelo Presidente do Banco Central e pelo Ministro do Planejamento. Todos os integrantes do Sistema são nomeados pelo Presidente da República.

Diante disso, (GRANEIRO; MOURA, 1992, p. 113), citam que:

O que mais se fala, nos dias de hoje, é sobre a independência do Banco Central. Presidentes e Diretores do Banco Central teriam mandato por determinado número de anos e só poderiam ser destituídos em casos específicos. Formulariam, então, rígida política monetária sem necessidade de se submeter às demais políticas econômicas traçadas pelo Governo.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que, o Sistema Financeiro Nacional executa as suas principais funções dentro das metas estipuladas pelo governo, o qual é representado pelo Presidente no poder, estando dessa forma sujeita as alterações na medida em que vão mudando os objetivos do governo. Com essa estrutura, tanto a regularização, a fiscalização e as políticas de operação dos agentes financeiros, vão de encontro aos objetivos do governo.

#### DIVISÃO NORMATIVA

Vale ressaltar que tendo o Conselho Monetário Nacional como o órgão máximo, estas instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional são responsáveis pela regularização e controle dos agentes financeiros na execução de suas atividades, cobrando o cumprimento delas e punindo quando verificam inconformidades.

Desta forma, a divisão normativa compreende as autoridades monetárias, tendo como integrantes principais o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BC, BCB ou Bacen), além disso, há também uma autoridade considerada de apoio; a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No geral, as autoridades monetárias procuram disciplinar o mercado financeiro, a fim de evitar abusos, e colocar em prática a política emanada do governo federal. Já as autoridades de apoio lidam com um contexto de financiamento mais específico (setorialmente ou operacionalmente) do que macroeconômico, (MELLAGI; ISHIKAWA, 2000).

### CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)

Composto pelo Ministro da Fazenda, pelo Presidente do Banco Central e pelo Ministro do Planejamento, o CMN é o órgão que cria as normas, os procedimentos, as punições e os limites que cada instituição financeira deve obedecer, objetivando o bom andamento da economia do país.

De acordo com Mellagi e Ishikawa (2000) o Conselho Monetário Nacional é o principal órgão normativo do sistema financeiro, não lhe cabendo função executiva. Sua composição tem variado bastante ao longo da história.

Porém, com base nas funções atribuídas ao CMN, percebemos que ele concentra e regula a maioria das atividades que são competências das instituições que compõem o sistema financeiro, restando poucas atividades para os bancos e outras instituições. Vale ressaltar também que o CMN tem como executor principal das suas atividades o Banco Central do Brasil.

### BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC, BCB, Bacen)

Operacionalmente, a funcionalidade de um Banco Central varia conforme a constituição financeira do país, em função dos interesses e objetivos a serem alcançados pelos dirigentes. Porém, com a globalização, os bancos centrais tornaram-se agentes importantíssimos para o funcionamento do sistema financeiro em função das suas responsabilidades no processo de comércio internacional.

Apesar disso, no Brasil, as atividades executadas pelo Banco Central estão muito atreladas a uma administração pública tipicamente centralizadora.

Entretanto, ainda não se pode dizer que o Banco Central do Brasil alcançou seu formato definitivo. A questão crítica, no momento, está na avaliação do seu grau de independência em relação às políticas de crescimento econômico do país e aos problemas de financiamento do governo em suas diversas esferas, (MELLAGI; ISHIKAWA, 2000).

Uma das maiores preocupações está relacionada ao Banco Central e ao Governo, pois, sendo o banco uma instituição pública, o governo passa a ser o seu acionista majoritário. Com isso, o banco como instituição que fiscaliza, regula e executa algumas funções do Sistema Financeiro Nacional se torna um refém do estado que representa o seu maior e único financiador. Por tal motivo, muitas situações irregulares acabam passando despercebidas em função de ambas às partes possuírem interesses comuns.

No Brasil, conforme já dito anteriormente, o Banco Central foi criado em 1964. Ele é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, um órgão público e o principal executor das funções do Conselho Monetário Nacional. Somente o Banco Central do Brasil tem autorização estabelecida por lei para emitir as cédulas e as moedas que circulam no país, além disso, também é responsável por manter o dinheiro em boas condições. É ele que controla se o dinheiro é ou não falsificado, retendo as cédulas ou moedas falsas.

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia federal vinculada ao Ministro da fazenda, cujas atribuições são a normalização, regulamentação, desenvolvimento, controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários do país. Denominam-se valores mobiliários os títulos ou contratos de investimento coletivo, que geram direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros (MELLAGI; ISHIKAWA, 2000).

Cabe à CVM disciplinar o funcionamento do mercado de títulos com valor financeiro e disciplinar a atuação de companhias abertas, intermediários financeiros e investidores. Assim, os principais títulos negociados no mercado de valores mobiliários são ações, debêntures, bônus de subscrição, notas promissoras, entre outros.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que Com essas atribuições, a CVM detém toda a autonomia para regulamentar e organizar as atividades que ocorrem no mercado de valores mobiliário.

## DIVISÃO OPERATIVA

A divisão operativa do Sistema Financeiro Nacional integra os agentes financeiros responsáveis pelo funcionamento operacional do sistema, isto é, são as instituições que, cumprindo as normas estabelecidas pela CMN, fiscalizadas e autorizadas pelo Banco Central, têm a responsabilidade de prestar serviços de intermediação de recursos bancários, empréstimos, saques e depósitos bancários, financiamentos, investimentos etc.

Com base em (MELLAGI; ISHIKAWA, 2000, p. 123) “Tais instituições podem ser divididas operativamente em quatro segmentos, a saber: Bancárias, Não Bancária e Sistema Distribuidor de títulos e Valores Mobiliários”.

## 6.6 SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

A análise do Sistema Financeiro Internacional passa por uma reflexão sobre a origem do comércio internacional, bem como, o cenário político vivido na época de sua constituição e pela avaliação das condições econômicas e sociais apresentadas pelas nações nesse período.

Segundo os economistas mais antigos, desde o começo das civilizações, a sociedade sempre procurou resolver o conflito entre os desejos ilimitados por bens e serviços e as escassezes dos recursos existentes (mão de obra, máquinas, matéria-prima) que dão origem aos bens e serviços oferecidos pelo sistema econômico.

Desta forma, qualquer grupo de pessoas tem de resolver três problemas básicos: quais os bens e serviços serão produzidos, como irão produzi-los e quem irá obtê-los, Dornbusch *et al.* (2003).

Assim, foram aparecendo as primeiras práticas comerciais, em que o objetivo principal era a obtenção de bens e serviços que maximizassem o ótimo

de cada integrante. Essa busca pela satisfação plena deu origem à utilização por parte da sociedade de diversos mecanismos para obtenção de vantagens entre os agentes econômicos, independentemente dos meios utilizados para obtê-los.

#### 6.6.1 SURGIMENTO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Desde o início das relações de troca entre os diferentes povos que, com o passar do tempo, ultrapassaram os limites das relações políticas e culturais entre eles, a economia mundial começou a agregar componentes políticos e religiosos que se tornaram determinantes para o aparecimento dos países potencialmente mais ativos no cenário econômico mundial.

Segundo Gonçalves *et al.* (1998, p. 3):

As relações econômicas entre povos distintos antecedeu o estabelecimento das relações políticas e culturais pacíficas entre eles. Comércio, saque, diplomacia e conquista não eram ações opostas, mas complementares. A transformação das relações econômicas internacionais de uma atividade muito próxima ao conflito armado em uma atividade relativamente pacífica e ordenada por um sistema jurídico internacional, aceito tácita ou explicitamente por todos os países, tem sido um processo lento e ainda inacabado.

Em função de fatores sociais e tecnológicos, o sistema econômico global passou a observar um considerável desequilíbrio quanto à alocação e acúmulo de recurso de certas nações que diante disso se tornaram os eixos polarizadores do comércio internacional, passando a liderar e de certa forma regular este sistema.

De acordo com Hartung (2001), o desenvolvimento industrial internacional, criou países de diferentes estágios de evolução. As características internas das nações, tais como disponibilidade de recursos naturais, divergências culturais e nível de escolaridade de seus habitantes fizeram com que os diferentes estágios de evolução se acentuassem.

Devido aos diferentes níveis de qualidade dos produtos produzidos entre os países, bem como a quantidade de recursos naturais concentrados numa minoria de países e ao maior poder aquisitivo adquirido por algumas nações por certos produtos, a economia mundial foi se moldando em função do deslocamento desses produtos e dos serviços de qualidade. Tal fato aumentou

o poder de barganha de algumas nações, o que definiu o deslocamento do eixo econômico mundial e o surgimento de blocos e parceiros comerciais.

Apesar dos variados estudos econômicos desenvolvidos entre 1750 e 1914, não temos valores reais sobre o montante econômico movimentado pelo comércio nesse período. Porém, afirma-se que durante esse período o valor do comércio mundial aumentou mais de cinquenta vezes, Gonçalves *et al.* (1998).

Desde seu início na Inglaterra, a Revolução Industrial caracterizou-se pela passagem da manufatura para a indústria mecânica, fato que gerou a multiplicação do rendimento do trabalho e o aumento da produção e do consumo de produtos naquela época.

Após a sua eclosão, o comércio começou a evidenciar a importância da relação de troca entre as nações e as vantagens de se desenvolver fontes geradoras de riquezas a partir da qualificação da mão de obra e de um melhor gerenciamento dos recursos disponíveis.

Com base em Gonçalves *et al.* (1998, p. 4) “a Revolução Industrial dependeu de produtos vindos de diversas partes do mundo para que o salto econômico que acarretou não se extinguisse rapidamente por falta de matérias-primas, alimentos e, em menor medida, de mercados”.

Porém, nesse período, a necessidade de cooperação entre as nações e a integralização do comércio entre os países era cada vez mais evidente. Isso acontecia em função do avanço da indústria manufatureira da Grã-Bretanha, que na época revolucionava o comércio mundial com a oferta dos seus produtos manufaturados, dando assim, o primeiro passo rumo ao domínio do comércio mundial.

Além de ser pioneira no processo de industrialização, outro fator importante que impulsionou o crescimento do comércio na Inglaterra foi a sua localização na parte ocidental da Europa. Sua posição geográfica facilitou os acessos às mais importantes rotas de comércio internacional, o que permitiu conquistar vários mercados ultramarinos.

Com a Revolução Industrial, a Grã-Bretanha tornava-se nesse período a maior potência comercial do mundo, começando desta forma, a estimular a concorrência entre as nações, no que concerne à oferta de produtos, domínio de mercado e à liderança no comércio internacional entre os países.

## 6.6.2 OS PRINCIPAIS ACORDOS ECONÔMICOS E ORGANIZAÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após o surgimento da Revolução Industrial, e com ela o conceito de globalização, houve a intensificação dos mecanismos comerciais de transferência de bens e de serviços. Com isso, as nações passaram a melhor analisar a dinâmica do comércio internacional, em função das inúmeras transações realizadas entre os integrantes do sistema de comércio, fossem elas pessoas, empresas ou governos dos diferentes países, intensificando-se assim, a corrida pela afirmação do poder e o controle da economia mundial.

Essas considerações são reforçadas por Nakada (2002, p. 19), quando afirma que “o período que compreende a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra mundial (1920 a 1940) é considerado como o período da “crise do capitalismo””.

A base da economia liberal que havia sido fortemente abalada com a 1ª Guerra Mundial, praticamente foi demolida com a quebra da bolsa de Wall Street, em 1929. A Inglaterra (1931) e os EUA (1933) desistiram do sistema padrão-ouro, o que fez com essa ação paralisasse o mecanismo multilateral de compensação, induzindo a corrida para a desvalorização cambial.

Sendo na época a Inglaterra e os EUA aliados e as maiores potências do comércio mundial, a desistência pelo padrão-ouro por parte dos americanos, causou o desequilíbrio do sistema econômico mundial, em função da sua grande influência econômica e pela sua grande capacidade de consumo dos recursos produzidos pelas outras nações.

Com a adoção da desvalorização cambial, houve uma queda brusca nos preços das commodities dos países exportadores, os EUA eram os maiores compradores e impulsionadores do comércio internacional.

Em função desse desequilíbrio econômico, ocorreu à formação dos blocos econômicos nos países fragilizados para proteger a indústria nacional, causando uma forte queda no comércio internacional, o que contribuiu para o início da 2ª Guerra Mundial. Nakada (2002).



## A CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS:

Estabelecido conjuntamente pelos EUA e pela Inglaterra, tendo como fundamento a expansão do sistema padrão-ouro no mercado cambial, e anexando-se o dólar norte americano como moeda de referência, a conferência de Bretton Woods veio estabelecer um novo padrão de referência monetária no mercado cambial.

Contudo, ressalta Nakada (2002, p. 21) que:

Em julho de 1944, um ano antes do término da 2ª Guerra Mundial, sob a liderança dos EUA e da Inglaterra, 44 países aliados, através dos seus ministros de finanças, se reuniram no pequeno vilarejo de Bretton Woods (New Hampshire, EUA) ratificando a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento.

Desta forma, a conferência de Bretton Woods liderado pelas maiores potências econômicas mundiais (EUA e Inglaterra), davam origem ao FMI e ao Banco Mundial.

De acordo com as normas aprovadas na conferência de Bretton Woods, o dólar norte-americano se tornaria a principal moeda de troca internacional, podendo, em função da sua paridade com o ouro, ser transformado na moeda de reserva internacional.

Este sistema elaborado pelo acordo exigia taxas de câmbio fixas em relação ao dólar norte-americano e um preço do ouro em dólar invariável de US\$ 35 por onça. Os países membros mantinham suas reservas internacionais oficiais em grande parte na forma de ativos em ouro dólares e tinham o direito de vender dólar para o *Federal Reserve* em troca de ouro a preço oficial. Tratava-se, assim, de um padrão câmbio-ouro, tendo o dólar como principal moeda reserva (SOARES, 2012).

Com a aprovação desse modelo, o comércio mundial estaria sob o total controle da economia americana, sendo que todas as reservas internacionais estariam atreladas ao dólar-norte americano e ao ouro. Desta forma, as demais moedas, também teriam suas respectivas paridades em relação ao dólar norte-americano.

## FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Com a expansão do comércio internacional e o aumento do volume financeiro nas operações de comércio exterior, a economia mundial passou por um processo de celebração de acordos comerciais e pela criação de instituições e normas para regulamentar o comércio, bem como, para promover maior integração e expansão dos limites de atuação das empresas e organizações.

Instituído num momento em que o mundo precisava de um sistema monetário aberto e estável, o FMI foi idealizado na conferência de Bretton Woods e iniciou as suas operações em 1947.

Tendo como função social dar financiamento aos países membros para socorrê-los em suas crises e desequilíbrios no balanço de pagamento, o FMI conta como sua fonte principal de recursos as cotas provenientes dos seus membros. Porém, o quadro de sócios do fundo é aberto a qualquer país que se disponha a cumprir os dispositivos do fundo, (GRANEIRO; MOURA, 1992).

Portanto, o FMI funciona como um salva-vidas da economia mundial, devendo analisar e dar suporte aos países que por alguma situação adversa estejam precisando de ajuda financeira para se equilibrarem dentro do cenário econômico internacional.

O FMI está sustentado na missão de promover programas de ajustes nos diversos países, buscando estabelecer políticas financeiras conservadoras na administração da balança de pagamento, destacando o controle da demanda interna e medidas de fortalecimento de seus estoques para que os membros possam estar em condições de auxiliar no equilíbrio econômico mundial.

## BANCO MUNDIAL

Também criado na conferência de Bretton Woods, o Banco Mundial tem como alvo principal os países em desenvolvimento, assumindo a responsabilidade de ajudar financeiramente essas nações a atingirem um padrão de desenvolvimento econômico aceitável. Ele é considerado a principal instituição financeira de apoio às nações internacionais, oferecendo empréstimos e financiamentos com vista a apoiar projetos de melhoria do nível de desenvolvimento econômico e social dos países com dificuldade.

Contudo, ressaltam (GRANEIRO; MOURA, 1992; p.109), que o “Banco Mundial é uma expressão comumente utilizada que abrange o Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento – BIRD e seus filiados; e a Associação Internacional de Desenvolvimento – AID”.

Porém, tanto o FMI quanto o BIRD são instituições que têm os seus princípios baseados na ajuda financeira para as nações menos desenvolvidas, objetivando atingir o equilíbrio econômico e social entre as nações, por meio da canalização de recursos financeiros dos países desenvolvidos para os países menos desenvolvidos.

A normalização operacional do Banco Mundial difere em pontos importantes do FMI, isto é, ele aceita como seus associados apenas aqueles países que sejam membros do Fundo, embora as normas do FMI não contenham obrigadoriedades básicas para adesão dos países.

As taxas de câmbio e de equilíbrio na balança de pagamentos são as preocupações primárias do Fundo Monetário Internacional, enquanto que os programas de desenvolvimento e de investimentos são as preocupações do Banco Mundial. O uso eficiente de recursos, a mobilização de capital, o regime do comércio e o Fluxo de capital são os objetivos de ambos, de acordo com (GRANEIRO; MOURA, 1992).

As duas instituições financeiras operam com o propósito principal de ajudar os países menos desenvolvidos, oferecendo serviços financeiros com taxas e tratamentos diferenciados comparativamente àqueles oferecidos no mercado comum, e sobre tudo, direcionando e fiscalizando o destino desses recursos. Desta forma, o FMI e o BIRD são considerados os principais credores internacionais.

## A OMC

A Organização Mundial do Comércio é o principal órgão regulador do comércio internacional, tendo como principal ideal o livre comércio e a vantagem igualitária entre as nações no processo de comércio exterior.

De acordo com Gonçalves *et al.* (1998, p. 64), “a OMC é o produto de cinquenta anos de um comércio administrado, que nunca foi completamente livre nem justo para os países em desenvolvimento”. Nota-se que,

anteriormente à criação da OMC, o comércio internacional ainda era regulamentado por leis que favoreciam as nações e os blocos econômicos formados pelos países mais desenvolvidos.

A OMC foi estabelecida em 1995, sendo considerada a única organização internacional global que lida com as regras de comércio entre as nações e sendo composta pela maioria dos países mais importantes do mundo, sejam economicamente, comercialmente e politicamente.

Assim sendo, salienta-se que ela foi criada com o objetivo de ajudar os produtores de mercadoria e serviços, de ajudar exportadores e importadores a conduzirem e a realizarem seus negócios, procurando o ordenamento e a regulamentação do comércio mundial entre os países, com estabelecimento de regras claras e aceitas por todos, de modo a tornar o comércio mais justo entre integrantes da organização, (KEEDI, 2006).

Com essa realização, o comércio internacional começa trilhando um caminho mais justo e igualitário, visando à redução gradativa de tarifas e das restrições à circulação de mercadorias entre as nações. Assim, inicia-se uma revolução nas operações de comércio exterior, com o aparecimento de normas, códigos e sistemas mais eficientes, ampliando o fluxo de operações entre os países.

## O TÉRMINO DO SISTEMA DE BRETTON WOODS

Devido ao fato de ter ocorrido num cenário político e econômico difícil por parte das nações ocidentais, a aprovação do acordo de Bretton Woods deixou por definir muitos pontos importantes referentes aos ajustes das economias em crise. Após a efetivação e aplicação das normas do sistema, as economias internacionais passaram a se questionar sobre a segurança do sistema e a credibilidade do dólar norte-americano como referência cambial.

A economia norte-americana alcançou desde a revolução industrial um elevado nível de tecnologia e desenvolvimento de novas técnicas e produtos, tornando-se a principal potência econômica mundial. Além disso, possuía um mercado interno com uma elevada capacidade de consumo, em função da sua excelente renda per capita, que desta forma justificava o seu bom poder de barganha sobre as economias mundiais.

Com a estabilidade política e um elevado volume de riqueza acumulada, os EUA transacionavam muito pouco os seus recursos naturais com o resto do mundo, pois tendo o dólar como unidade de reserva, tinham a capacidade de comprar as commodities, e com a excelente tecnologia transformá-las para assim revender para o resto do mundo. Com esse processo de comércio-produto em que o dólar era a unidade de referência, os desequilíbrios econômicos começaram a surgir, além do elevado fluxo de dólar na economia mundial aumentou a inflação.

De acordo com Gonçalves *et al.* (1998, p.291), “em 15 de agosto de 1971, o presidente Nixon anunciou um pacote de medidas destinado a demonstrar a necessidade de ajuste nas contas externas dos Estados Unidos”.

Vale ressaltar que este conjunto de medidas compreendia a suspensão da conversibilidade dos dólares que compunham reservas oficiais em ouro ou outros ativos, além de impor sobretaxas às importações norte-americanas e reduzir os incentivos fiscais à aquisição de bens de capital produzidos internamente.

## 6.7 SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

O Sistema Monetário Internacional é o circuito monetário regulador e fiscalizador de todos os ativos de liquidez imediata, emitidos pelos bancos centrais, dentro dos padrões, leis e normas internacionais estabelecidas.

Pelo princípio da estabilidade do sistema monetário internacional, todos os países que compõem esse sistema, devem respeitar os equilíbrios das variáveis monetárias, financeiras, comerciais, que provocam alterações na paridade de poder de troca entre moedas e produtos comercializados entre países diferentes.

Essas considerações são reforçadas por (GÉLÉDAN; BRÉMOND, 1988, p. 393), “os únicos desequilíbrios encarados são aqueles que provêm de intervenções inadaptadas dos estados”. Assim, por meio do equilíbrio cambial o sistema é responsável pelo controle do fluxo de entrada e saída de mercadoria e serviços nas operações de comércio entre os países, evitando dessa forma as perdas, o lucro excessivo, a insolvência dos países credores, etc.

Segundo (GÉLÉDAN; BRÉMOND, 1988, p. 398):

As facilidades suplementares constituem, desde 1977, um novo passo na criação de liquidez destinada a limitar os riscos de insolvência. As facilidades alargadas tentam utilizar os excedentes dos países mais ricos (Japão, R.F.A, Arábia Saudita, etc.) para compensar a fome de crédito dos mais pobres.

Após o término dos acordos de Bretton Woods, o sistema monetário internacional passou a ser regulamentado por um conjunto de decisões e acordos que direcionam as práticas que beneficiam principalmente as nações que detêm maior participação, influência financeira sobre as principais organizações internacionais.

## 6.8 MERCADO DE CÂMBIO

Desde a criação do sistema econômico mundial, os países adotaram diferentes espécies de moeda, criando-se assim, a necessidade de padronização da unidade de transferências monetárias nas operações de comércio entre as nações. Essas transferências que ocorrem em função da compra e venda de mercadorias e serviços dão origem aos pagamentos e recebimentos de valores em moedas estrangeiras.

Com a elevada expansão do comércio entre as nações houve também o aumento considerável do número de operações de transferências financeiras entre os agentes econômicos, e a necessidade de criação de um ambiente onde essas operações pudessem ocorrer com segurança e em curto espaço de tempo, de forma a garantir a compra e a venda de mercadoria e serviços, bem como o recebimento seguro desses valores por parte dos agentes envolvidos nessas operações comerciais. Os valores transferidos nas operações de compra e venda, se iniciam com a conversibilidade das moedas referentes aos países envolvidos na operação em outra moeda com aceitação no mercado internacional.

Em conformidade com Hartung (2001, p. 92):

A conversibilidade das moedas não decorre apenas de uma situação mercadológica, de uma aceitação por parte dos mercados. A conversibilidade das moedas decorre de um acordo ocorrido em 1944. O Acordo de Bretton Woods, de 1944, modificado em 1976, que criou o Fundo Monetário Internacional, firmou as linhas gerais do sistema internacional de câmbio e troca de moedas.

O conceito de conversibilidade está diretamente ligado à aceitação que uma moeda possui no mercado, desempenhando a função de ativo financeiro de liquidez imediata, podendo assim, ser aceito ou trocado por algo com igual poder de valor, sem rejeição e com um grande potencial de compra de outros ativos financeiros.

Atualmente, o dólar norte-americano é considerado a moeda com maior credibilidade no mercado, devido à confiança e o poder que o mercado tem com a economia americana, dando-lhe assim, o título de moeda de maior conversibilidade no mercado internacional. Existem também outras moedas que possuem boa aceitação no mercado internacional, sendo a elas atribuído um bom poder de conversibilidades no mercado em função da sua boa aceitação no mercado, como por exemplo, o Euro, a Libra Esterlina, o Iene Japonês, o Dólar Canadense e o Dólar Australiano, o Franco Suíço, as Coroas Dinamarquesa e Sueca.

De acordo com Hartung (2001), podemos definir o Mercado de Câmbio como o macro ambiente, abstrato, onde ocorrem as operações de câmbio entre agentes autorizados. São tidos como agentes autorizados todos os agentes devidamente credenciados pelo Banco Central para operar o câmbio, e entre eles podemos citar: bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e, logicamente, seus clientes.

Assim, a denominação Mercado de Câmbio é uma menção referente a um espaço abstrato de interação comercial entre vendedores e compradores com o objetivo de realizar transações cambiais para pagamento e recebimento de valores resultante de uma operação comercial ou financeira.

Desta forma, o Mercado de Câmbio não é uma instituição ou organização com estrutura física e administrativa previamente estabelecida, não podendo, dessa forma, ter qualquer tipo de responsabilidade física, comercial ou jurídica sobre as operações nele realizadas. Sendo assim, todos os agentes já citados podem operar nesse mercado transferindo valores

financeiros de forma virtual e segura tendo a tecnologia da informática e da telecomunicação como o principal suporte de interligação desse mercado.

A comercialização das moedas nesse mercado ocorre com a interligação dos agentes financeiros pela internet, por telefone, e por outros meios de telecomunicação mais desenvolvidos, de forma a atender o elevado número de clientes desse mercado. Devido a sua grande capacidade de transferência de valores em curto espaço de tempo e operando durante 24 horas por dia, o Mercado de Câmbio internacional é o mais competitivo que existe quando falamos em transferência de valores, não sendo necessário a contato físico entre as partes envolvidas e os valores transferidos.

Desta forma, pode-se compreender que o Swift é um sistema criado com o principal objetivo de facilitar a comunicação internacional dos bancos, garantindo segurança, padronização de procedimentos, rapidez e economia nas operações bancárias internacionais, (HARTUNG, 2001).

Este sistema surge em função da necessidade de uniformização do Sistema Internacional de Câmbio, visando à criação de uma plataforma de mensagens devidamente codificadas, possibilitando uma clara comunicação entre os bancos no processo de envio e recebimento de valores. Com isso, o Swift estabelece padrões de tratamento das informações financeiras, formatos de mensagens e campos de preenchimento, tornando-as legível e de fácil interpretação dos agentes no processo de envio e recebimento dos valores através do sistema automatizado.

Em função disso, após a criação desse sistema, todo banco nele cadastrado passou a possuir seu código Swift específico, sendo que esse código é composto por letras que identificam o país responsável pela operação, às iniciais do banco responsável pela transferência e a cidade onde essa operação foi efetuada, garantindo assim maior segurança na identificação das operações e sua procedência.

#### 6.8.1 SUBDIVISÃO DO MERCADO CAMBIAL

Em função da sua importância no processo de troca e de transferências de valores, o mercado de câmbio passou a movimentar um elevado volume de ativos e a concentrar um grande número de agentes



financeiros interligando assim vários setores da economia e do comércio internacional.

Em consequência desse elevado número de agentes e operações financeiras, o mercado de câmbio pode ser subdividido em vários outros tipos, separados por agentes participantes em cada processo, bem como pela espécie de ativo movimentado em suas várias operações.

De acordo com Ratti (2001), por conveniência didática, podemos subdividir o mercado cambial em vários outros, como segue:

### MERCADO DE CÂMBIO SACADO

O Mercado de Câmbio Sacado compreende o grosso das operações cambiais realizadas pelos estabelecimentos bancários, ou seja, a compra e venda de divisas estrangeiras, representadas por depósitos, letras de câmbio, cheques, ordem de pagamento, valores imobiliários etc.

Neste mercado ocorre a maioria das operações financeiras com a realização de câmbio comercial e financeiro. Vale ressaltar que no câmbio comercial incluem-se as exportações e importações que movimentam a maioria dos valores transferidos nesse mercado. Por sua vez, no câmbio financeiro movimentam-se as remessas recebidas e enviadas ao exterior a título de dividendos, juros, royalties, remessas autorizadas pelo banco central, e outras.

### MERCADO DE CÂMBIO MANUAL

Dentro do mercado cambial, encontramos o chamado mercado de câmbio manual, que nada mais é do que o comércio de dinheiro em espécie quando pelo menos uma das moedas transacionadas for de país estrangeiro.

Diferentemente do câmbio sacado, neste mercado existem maiores restrições e controle das operações, pois pelo câmbio manual existe a transação de moedas em espécie, tornando a operação mais complexa devido à falta de segurança que existe no processo de transporte da moeda estrangeira. Desse modo, os bancos compram e vendem dólares mantendo um caixa em moeda estrangeira. As operações nesse tipo de mercado são consideradas de alto risco, pela impossibilidade de antever possíveis roubos ou danificação das cédulas durante a transação. Normalmente, são os turistas e

viajantes que operam nesse tipo de mercado, movimentando quase sempre limitadas quantidades de valores para saldar despesas de viagens, por exemplo.

### MERCADO PARALELO DE CÂMBIO

O mercado paralelo de câmbio, porém, compreende todas as operações conduzidas por meio de pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas a operar no mercado de câmbio. Este tipo de mercado muitas vezes não é nem referenciado em muitas das publicações acadêmicas, pois os integrantes desse mercado são agentes que operam informalmente neste mercado.

Assim, as operações efetuadas nesse mercado são consideradas ilegais, tanto que esse mercado também possui a denominação de mercado negro ou clandestino, devido a não autorização de operação por parte das autoridades que regulam este mercado.

### MERCADO DE CÂMBIO PRIMÁRIO

Este mercado é caracterizado principalmente pelo fato das operações cambiais serem realizadas entre os bancos e seus clientes não bancários. O banco é responsável pela venda da moeda estrangeira bem como da transferência desse valor até o beneficiário. Com isso, clientes que usam esse mercado beneficiando-se do banco como o intermediador no processo de envio ou recepção de valores, agilizam as operações de compra e venda no exterior. Normalmente o perfil do cliente que opera nesse mercado são empresas que importam bens e serviços do exterior efetuando o pagamento via contrato de câmbio.

### MERCADO DE CÂMBIO INTERBANCÁRIO

No mercado interbancário as operações de câmbio são realizadas apenas entre bancos. Neste mercado, os bancos além de venderem moeda estrangeira, também assumem a responsabilidade pelo pagamento ao exterior. Da mesma forma, os bancos negociam também outros serviços que de certo

modo podem beneficiar os clientes envolvidos. Entre esses serviços podemos destacar a emissão de carta de crédito, a consulta de veracidade das cartas envolvidas nas operações, a contratação de bancos intermediadores no processo de importação ou exportação, entre outros serviços. É comum operarem nesse mercado empresas que negociam acordos comerciais tendo como garantia de pagamento a carta de crédito emitida pelo seu banco ao exterior.

## MERCADO DE CÂMBIO À VISTA

É importante ressaltar que neste mercado são efetuadas as operações “prontas” de câmbio (*spot Exchange*). As operações “prontas” são operações de compra ou de venda de divisas para entrega imediata. Essa “entrega imediata” refere-se a um prazo de até dois dias úteis (*business days*), contados da data da operação, Ratti (2001).

Este mercado caracteriza-se por nele serem realizadas operações de curto prazo, sendo a confirmação do pagamento pelo banco é a etapa principal para a concretização do negócio. O prazo para que o vendedor tenha a confirmação do pagamento é curto.

## MERCADO DE CÂMBIO FUTURO

Neste mercado, operam agentes financeiros que possuem um histórico de operações financeiras com o respectivo banco e fornecedor no exterior.

Portanto, o mercado de câmbio futuro efetua as operações futuras de câmbio (*forward exchange*). Comumente usado no processo de comércio exterior, esse mercado oficializa a operação de câmbio em determinada data base e efetua o pagamento somente no futuro considerando a data base na qual foi realizada a operação. Vale ressaltar, que após a efetivação da operação de câmbio, os valores não poderão ser alterados em função das flutuações cambiais.

Os agentes financeiros que operam nesse mercado, normalmente já possuem um histórico de compras anteriores, sendo que confiam que receberão futuramente o valor acordado no passado. Assim, a operação de

transferência dos valores referentes à mercadoria é efetuada posteriormente ao envio das mercadorias ou prestação dos serviços ao importador.

## 6.9 TAXA DE CÂMBIO

Desde o início das civilizações, as sociedades sempre procuraram estabelecer a unidade padrão de troca entre as mercadorias e serviços transacionados entre diferentes regiões e países. Com isso, existia uma grande dificuldade em mensurar ou atribuir o real valor a certa moeda, mercadoria ou serviço prestado em uma relação comercial.

Porém, a compra e venda de bens e serviços geram no mercado internacional os pagamentos e recebimentos em moedas estrangeiras, que por sua vez, demandam a necessidade de câmbio dessas moedas nacionais ou estrangeiras por outra, tendo como principal instituição de auxílio os estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio.

Com base em (SANT´ANA,1997, p. 172), “a Taxa de Câmbio como o número de unidades de moeda nacional que é necessário para comprar uma unidade da moeda estrangeira”. Ela é o coeficiente de conversibilidade que estabelece o valor de certa moeda comparativamente a outra no mercado de câmbio. Este coeficiente reflete o custo de oportunidade que o agente financeiro tem em abrir mão de certa moeda em detrimento da outra, pela sua capacidade de se converter em outro tipo de ativo financeiro.

Porém, esta taxa possui uma influência significativa sobre diferentes aspectos macroeconômicos, que impactam diretamente sobre a capacidade de geração de recursos em uma economia em determinado período.

Sendo assim, além do fluxo de viajantes, oscilações na balança de pagamentos, preço do produto no exterior, outros aspectos macroeconômicos fundamentais estão ligados à evolução das cotações cambiais, (GÉLÉDAN; BRÉMOND,1988).

Por meio de políticas monetárias sensatas, os governos controlam as oscilações da taxa de câmbio que impactam diretamente sobre a taxa de crescimento da massa monetária do país, na redução da inflação, no aumento das reservas de valor e na atração de capitais estrangeiros. Com isso, atinge-

se o equilíbrio da balança de pagamentos, bem como a valorização da moeda nacional do país.

A taxa de câmbio serve como bússola reguladora do fluxo monetário internacional, pois ela reflete o nível de retorno dos investimentos financeiro em operações envolvendo moedas de diferentes países. Por intermédio dela, os investidores e comerciantes definem estratégias sobre onde investir, de quem comprar e pra quem vender mercadorias e serviços.

Desta forma, os bancos compram dos exportadores as moedas estrangeiras para em simultâneo venderem aos importadores utilizando preços diferenciados, que sob a ótica dos bancos são as chamadas taxa de compra e taxa de venda de moeda estrangeira. Durante esse processo, a diferença na compra e na venda que no mercado de câmbio é chamado de *spread*, representa o seu ganho na operação.

Assim, em conformidade com Ratti (2001, p. 140):

Como qualquer mercadoria exposta à venda, as divisas estrangeiras estão sujeitas à lei da oferta e da procura, motivo pelo qual a taxa cambial, ou seja, o preço dessas divisas poderá ser explicada mediante utilização dos mesmos artifícios geométricos comumente utilizados para explicar-se a formação dos preços em geral.

Sendo o mercado de câmbio um espaço virtual onde os agentes econômicos se encontram para comprar e vender moedas, o equilíbrio deste também se dá pela interação entre as forças de oferta e demanda por moeda. Desta forma, toda oscilação dos preços das moedas são divulgadas pelos órgãos de informação que acompanham a evolução desse mercado 24 horas por dia. Vários são os motivos que provocam oscilações da taxa de câmbio de uma moeda no mercado, podendo ser de natureza econômica, política e social. Os compradores e vendedores de moeda analisam todos esses cenários antes de efetuarem qualquer operação financeira com o objetivo de evitar perdas em função das flutuações das taxas de câmbio.

Como acontece em todo mercado de livre concorrência, neste, a evolução da taxa de câmbio estará também sensibilizada àquilo que os cambistas julgam decisivo para levá-los a comprar e vender moeda, (GÉLÉDAN; BRÉMOND, 1988).

Assim, vários aspectos são levados em conta pelos cambistas como critério de decisão estratégica na hora de operar nesse mercado.

Pelo dinamismo do mercado, a taxa de câmbio possui oscilações constantes, levando esses operadores a tomarem as suas decisões no curto prazo em função da taxa de juro que remunera os capitais, o diferencial da inflação e o saldo da balança dos pagamentos correntes.

Segundo Sant'Ana (1997), um aumento na taxa de câmbio é chamado de desvalorização da moeda nacional (mais moeda nacional em relação pela mesma unidade de moeda estrangeira). Um aumento na taxa de câmbio representa uma redução no poder de compra da moeda nacional, porque agora fica mais caro comprar uma unidade de moeda estrangeira. Igualmente, uma queda na taxa de câmbio é chamada de valorização da moeda nacional (com menos moeda nacional se compra uma unidade de moeda estrangeira).

Em um cenário político, econômico e social estável, a taxa de câmbio tende a permanecer estável, isto ocorre quando temos uma oferta e procura por moeda invariável, quando a oferta e a procura aumentam em iguais proporções ou quando elas diminuem na mesma proporção. Devido à intensa dinâmica política, econômica e social do mundo, dificilmente este cenário é verificado constantemente.

Por outro lado, a taxa de câmbio tende a aumentar quando temos um aumento da procura por moeda e a oferta dela se mantém constante ou diminui, aumenta também quando a procura aumenta e a oferta aumenta em menor proporção. A diminuição da taxa de câmbio ocorre quando temos um aumento considerável na oferta de moeda, sendo que a procura diminui ou se mantém constante.

Quanto a sua dinâmica, a taxa de câmbio é uma variável imprevisível, pois o mercado não consegue estabelecer de quando e por quanto tempo ela se manterá com valor constante ou ainda em que porcentagem irá oscilar.

Desta forma, vale ressaltar que existe inúmeras variáveis externas que podem influenciar no comportamento do mercado de câmbio e conseqüentemente na taxa de câmbio. Sendo assim, a taxa de câmbio tem o seu comportamento condicionado pelas oscilações da oferta e demanda de moeda no mercado internacional.

A taxa de câmbio tem grande influência no processo de comércio exterior, pois é por intermédio do seu comportamento que os importadores e exportadores decidem sobre o melhor momento para comprar e vender mercadorias tendo em consideração as suas pretensões de obtenção de ganho

futuro quando forem vender os seus produtos ou serviços aos consumidores finais. Assim, para um importador quanto mais baixa estiver a taxa de câmbio, melhor é o momento para comprar mercadorias vindas do exterior, pois neste caso a moeda nacional possui um maior poder de compra de moeda estrangeira. De forma contrária, quanto temos um aumento da taxa de câmbio, menos favorável será para o importador comprar mercadoria importada, pois terá que gastar bem mais em função do fraco poder de compra da moeda nacional.

### 6.9.1 TIPOS DE TAXAS DE CÂMBIO

A determinação da taxa de câmbio a ser usada no processo de negociação de moeda estrangeira, varia em função dos fatores referentes aos agentes financeiros envolvidos na operação e também pela modalidade e prazo de repasse dos valores ao fornecedor. Desta forma, cada operação de câmbio envolve uma taxa diferenciada em função dos riscos, agentes envolvidos e prazos estabelecidos nas negociações entre as partes.

Pelo fato das alterações de seu comportamento estarem ligadas às ações de diversas forças externas provenientes dos mais variados setores da economia e da política, a taxa de câmbio tem o poder de influenciar o deslocamento de elevados volumes financeiros em operações de câmbio, tornando-se desta forma a principal variável a ser levada em conta no fechamento de acordos financeiros entre agentes e instituições internacionais.

Assim, podemos classificar as taxas de câmbio de acordo com as características apresentadas por cada operação financeira, isto é, pelo momento de entrega da moeda estrangeira, e pelas instituições financeiras envolvidas no processo de câmbio:

#### TAXA DE COMPRA E TAXA DE VENDA

No processo de compra e venda de moeda estrangeira é impossível não se fazer referência aos Bancos, pois são eles que mediante a compra e venda dessas moedas aos importadores e exportadores, determinam as chamadas taxas de compra e taxa de venda da moeda estrangeira nesse mercado.

Essas considerações são reforçadas por Hartung (2001, p. 86), quando afirma que “existe a taxa de câmbio de venda e de compra”. Esse raciocínio é sempre feito do ponto de vista dos bancos, ou agentes autorizados pelo banco central a operar o câmbio. Do mesmo modo, a taxa de compra é a taxa que o banco concorda ou aceita pagar pela moeda estrangeira. Ao intervalo existente entre as pontas de compra e de venda damos o nome de *spread*, esse é o ganho do banco na negociação da moeda.

Assim, nas operações de compra e venda de moedas estrangeiras os bancos determinam as taxas a serem usadas nessas operações, levando-se sempre em consideração aspectos como o volume de moedas estrangeiras em estoque bem como o cenário econômico vivido pelo mercado tanto no momento de compra como no de venda. Com essas variáveis eles conseguem estabelecer uma taxa de câmbio da moeda estrangeira a ser usada no momento.

#### TAXA DE REPASSE E TAXA DE COBERTURA

Normalmente, sempre que necessário o governo precisa intervir no mercado cambial para se proteger de eventuais tendências de desequilíbrios do mercado internacional. Desta forma, por intermédio do Banco Central, o governo compra e vende moedas estrangeiras com os bancos comerciais.

Desse modo, aplicando as taxas de repasse e cobertura, o Banco Central transaciona moedas estrangeiras com os bancos comerciais. Denominamos como taxa de repasse aquela que o Banco Central do Brasil adquire a moeda estrangeira dos bancos comerciais. A taxa de cobertura é aquela na qual o Banco Central do Brasil vende moeda aos bancos comerciais, (RATTI, 2001).

Com essas medidas, o Banco Central do Brasil também amplia o seu controle sobre a quantidade de moeda estrangeira em posse dos bancos comerciais.



## TAXAS CRUZADAS (*Cross-Rates*)

Em função da regulamentação da economia internacional e da polarização do mercado de câmbio em função das principais moedas internacionais como o dólar, por exemplo, as taxas cruzadas praticamente deixaram de ser usadas como referência de equivalência de valor de troca entre moedas de diferentes países.

Diante disso Ratti (2001, p. 146) cita que, “as taxas cruzadas são taxas calculadas pela comparação das respectivas cotações de duas moedas, cotações essas expressas em uma terceira moeda, como o dólar norte-americano, por exemplo,”.

Em função da atual livre transação cambial, essas operações de cálculo das taxas de câmbio se tornam desnecessárias em função da dinâmica do mercado, e da regular integração das instituições que nele operam.

## TAXAS LIVRES E TAXAS OFICIAIS

Existem sistemas financeiros nos quais a participação do governo no controle das quantidades de moedas estrangeiras a serem negociadas no mercado de câmbio é controlada por lei pela autoridade monetária, independente da taxa de câmbio que essas moedas estão sendo negociadas. Porém, essas intervenções são feitas tendo em conta os objetivos e as políticas monetárias estabelecidas pelo governo.

Na economia atual, em função da dinâmica do sistema financeiro internacional pelas elevadas quantidades de operações de compra e venda de mercadorias e serviços, as taxas de câmbio são função direta da oferta e demanda de moeda no mercado, dificultando assim o controle desse fluxo monetário internacional por parte dos governos. Resta a eles, portanto, a alternativa de controlar a quantidade de moedas estrangeiras a serem negociadas em seus mercados.

Desta forma, denomina-se taxa livre de câmbio aquela que é operada no mercado livre de câmbio em função da oferta e da procura de divisas, não ignorando a possibilidade de intervenção das autoridades monetárias reduzindo ou aumentando a quantidade de moedas estrangeiras nas operações de compra e venda de divisas, objetivando desta forma evitarem as

variações excessivas das taxas que flutuam livremente no mercado. Com estas intervenções, o governo consegue evitar a fuga maciça de capital para o exterior via operações de compra e venda de moedas estrangeiras.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que as taxas oficiais são as determinadas pelas autoridades monetárias de forma a evitar a livre interação entre os componentes de oferta e procura de divisas, (RATTI, 2001).

Esse tipo de taxa funcionaria para sistemas financeiros em que a livre concorrência e a dependência de bens e serviços externos são inexistentes, isto é, para sistemas isolados e independentes, o que não acontece nos dias de hoje no mercado internacional de câmbio.

## TAXAS PRONTAS E TAXAS FUTURAS

As taxas de câmbio prontas e futuras refletem claramente as alternativas de transferências de valores envolvendo tanto estratégias de antecipação de pagamentos para os compradores quanto para os vendedores de bens e serviços, servindo também de mecanismo para obtenção de lucro em curto prazo com operações de câmbio para os bancos.

Em conformidade com Ratti (2001, p. 147), taxas prontas são aquelas aplicadas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, sendo entregue dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data da negociação.

Como em todas as operações no mercado de câmbio, os bancos agem como intermediários entre compradores e vendedores, a diferença é que nas operações de taxas prontas ele consegue em curto espaço de tempo efetuar e efetivar a compra e venda de moedas podendo combinar neste período, sem exposição á riscos, uma posição pronta comprada com uma posição futura vendida de determinada moedas. Assim, nesta operação, o banco pode simultaneamente garantir o seu lucro na operação imediata e dar início a outro tipo de operação com este valor obtido.

Desta forma, a rede interbancária opera a taxa de câmbio pronta estabelecendo o parâmetro para as operações de compra e venda de moeda entre os bancos para entrega, utilizando a descrição (D + 2), que significa

operação envolvendo uma troca de depósitos dois dias após a data do contrato.

Em contraponto com Ratti (2001, p. 147), “as taxas futuras referem-se a transações de compra e venda de moeda estrangeira, sendo que a entrega dessa moeda e o seu pagamento somente ocorrerão após o período de tempo concordado entre as partes”.

Em operação cambial com taxas futuras, o importador prefere ter em mãos o seu dinheiro no momento da negociação em função da taxa pronta, assumindo o risco de prováveis oscilações futuras da taxa de câmbio.

Normalmente a taxa de câmbio futura é consideravelmente mais alta em relação à taxa de câmbio pronta, pois o banco toma como base a taxa de câmbio praticada hoje, bem como o comportamento das variáveis econômicas do mercado e o risco que o banco corre nessa operação. Desta forma, eles projetam um valor acima da taxa praticada pelo mercado no momento da contratação de forma a evitar a perda com o deslocamento das forças de mercado.

No mercado de câmbio brasileiro, o Banco Central estabelece um prazo limite para liquidação dos contratos pelos bancos, sendo que este prazo é de 360 dias na importação e 570 dias na exportação.

## TAXAS FIXAS E TAXAS VARIÁVEIS

No mercado de câmbio a fixação de taxa de câmbio ou o controle do volume de operações de compra e venda de moeda estrangeira só é adotada pelo Banco Central daquele país ou pela autoridade monetária responsável pelo controle da política monetária.

Por conseguinte, taxas fixas, são aquelas mantidas constantes em um determinado nível, seja por determinação governamental (congelamento da taxa), seja por operações de compra e venda de divisas por parte das autoridades governamentais sempre que as cotações de mercado tendam a se afastar das taxas determinadas pelo governo, (RATTI, 2001).

Neste caso, o governo sobrepõe-se à determinação do mercado fixando uma taxa que se adequa aos seus interesses, comprometendo-se a comprar e vender qualquer quantidade de divisa assumindo os ônus causados por esta decisão. Com o estabelecimento de taxas fixas de câmbio, o governo

proporciona maior segurança aos agentes econômicos, facilitando as transações internacionais, bem como maior segurança em suas decisões de médio e longo prazo.

Para a autoridade monetária que adota a taxa de câmbio fixa, a desvantagem é que com essa medida ela automaticamente deixa de ter o controle da oferta monetária, e, por conseguinte, essa autoridade monetária não pode utilizar a oferta monetária como instrumento de política econômica.

De modo diferente, as taxas de câmbio são variáveis ou flutuantes quando o seu valor varia. Isto é, quando seu valor é determinado livremente no mercado de divisa pela interação das forças da oferta e da procura.

Concluimos que a procura de divisas é diretamente influenciada pelos importadores de bens e serviços e por outras pessoas que têm a necessidade de repassar recursos ao exterior. Já a oferta é impactada pelos exportadores de bens e serviços que receberam recursos do exterior com a venda de mercadorias ou prestação de serviços.

## 6.10 OPERAÇÕES DE CÂMBIO

A operacionalização do processo de câmbio é a etapa em que ocorre efetivamente a troca de moeda entre os agentes envolvidos em determinada operação cambial. Este processo obedece a todas as normas financeiras que regulamentam o comércio internacional, bem como a vontade e as condições estabelecidas entre as partes envolvidas na negociação.

Vale ressaltar que a operação de câmbio, consiste na troca ou conversão da moeda de um país pela de outro. Esta operação ocorre em função da necessidade de transferência de moedas entre diferentes países durante o processo de troca de mercadorias e serviços entre as partes envolvidas no processo de comercialização. As operações de câmbio entre bancos são comumente denominadas de operações interbancárias, Hartung (2001),

Devido à dinâmica e à extensão deste mercado, a operação de câmbio realiza-se em curto espaço de tempo, exigindo muita agilidade e dinamismo por parte dos operadores desta função. Assim, podem-se registrar várias

operações de câmbio ocorrendo ao mesmo momento e em diferentes lugares do mundo.

Desta forma, a rapidez dos operadores é primordial para a condução dessas operações, pois devido aos diferentes fusos horário existirão diferentes picos de oferta e procura por divisas internacionais nesse mercado.

Como quase todos os países procuram moeda estrangeira para o fechamento de negócios, a primeira providência do operador de câmbio seria examinar as cotações das várias praças mundiais e transformá-las de modo que expressem o valor da moeda estrangeira em termos de sua moeda nacional, (RATTI, 2001).

Sendo assim, caberá ao banco em posse das moedas negociadas em diferentes praças saber o momento certo de comprar ou vender a moeda internacional em seu poder no dia, para assim maximizar o seu lucro. Vale ressaltar, que no Brasil o horário de negociação das moedas estrangeiras, inicia às 09h00min e termina às 16h00min, sem intervalo.

#### 6.10.1 CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CÂMBIO

Em função das necessidades entre as partes envolvidas na negociação, a operação de câmbio tem o único objetivo de trocar valores, podendo assim, ser classificada em operações de compra, venda e arbitragem de moeda.

##### COMPRA DE MOEDA ESTRANGEIRA

A operação de compra da moeda estrangeira realiza-se mediante a entrega de moeda nacional por parte do comprador à entidade financeira, que repassará ao vendedor o valor proporcional em moeda estrangeira do país correspondente.

Neste tipo de operação, a instituição financeira é a responsável pela venda e transferência da moeda ao destinatário no exterior, cumprindo todas as normas e acordos estabelecidos entre os comerciantes.

##### VENDA DE MOEDA ESTRANGEIRA

Na venda de moeda estrangeira, a instituição financeira recebe moeda estrangeira, fornecendo moeda nacional ao vendedor. Normalmente, as operações de venda de moeda estrangeira no processo de comércio exterior ocorrem internamente entre os operadores financeiros e os valores são convertidos entre contas das empresas envolvidas, para assim, honrarem-se as obrigações entre as partes.

## ARBITRAGEM

É importante ressaltar que o processo de arbitragem realiza-se mediante a entrega de moeda estrangeira contra recebimento de outra moeda estrangeira à instituição financeira. Normalmente, esse processo ocorre quando existe a necessidade de se efetuar a liquidação de operações que foram contratadas em moedas diferentes das recebidas, Hartung (2001).

No comércio, esse processo é bastante utilizado com o objetivo de se obter vantagens temporárias em função do preço variado de moeda estrangeira em diferentes mercados. Porém, a arbitragem acaba tendo espaço em mercados onde não existe um efetivo controle dos preços e quantidades das moedas comercializadas, possibilitando a compra de determinada moeda em um ponto e a sua correspondente venda em outro ponto, obtendo-se desta forma, o lucro na transação.

### 6.10.2 FORMAS DE TROCA DAS MOEDAS

Em função das diferentes quantidades de valores movimentadas, as diferentes condições de segurança no processo de troca, da falta de confiança entre as partes envolvidas em uma negociação, entre outros motivos, os agentes econômicos possuem diferentes modos de troca da moeda estrangeira. Assim, a troca de moeda estrangeira pode-se dar das seguintes maneiras:

#### CÂMBIO MANUAL

Como o próprio nome sugere, esta operação efetua-se pela passagem física de valores entre os agentes envolvidos na troca.

Segundo Hartung (2001, p. 77), “o câmbio manual refere-se às operações que envolvem compra e venda de moeda estrangeira em espécie, sejam moedas metálicas ou cédulas (incluindo os *travellers checks*)”.

Porém, este tipo de operação oferece um elevado risco de segurança, pois os agentes movimentam os valores fisicamente e estão mais expostos a situações de roubo, ou perda dos valores durante a operação. Assim, a operação de câmbio manual movimenta uma quantidade pequena de valores em função do risco já citado. Este tipo de operação é comumente efetuado por turistas que visitam países com diferentes tipos de moeda.

Desta forma, a taxa de câmbio praticada nesse tipo de operação vai variar, entre vários fatores, em função da necessidade do vendedor em operar a troca, da quantidade de moeda estrangeira a ser ofertada por ele e também da oferta e procura por aquela moeda no período.

## CÂMBIO SACADO

O câmbio sacado é a operação que ocorre mediante a interlocução das instituições bancárias, salvaguardando a confirmação das operações entre as partes envolvidas.

De acordo com Hartung (2001, p. 77), “o câmbio sacado pode ser entendido como operações que se processam através de saques, documentos ou títulos representativos das moedas”.

Esta modalidade de troca é bastante usual, porque oferece maiores garantias de pagamentos ou recebimentos entre as partes, em função da intervenção das instituições bancárias no processo e pelo baixo risco envolvido.

Nesse tipo de troca, a realização efetiva da operação é garantida pela intervenção da instituição bancária, que se responsabiliza por efetuar e acompanhar a operação, assumindo os riscos comerciais. Para a instituição bancária é conferida a responsabilidade de pagamento, mediante os termos acordados entre as partes envolvidas.

Essa operação envolve um sistema integrado de comunicação interbancária, pois a concretização ocorre mediante a movimentação nas contas entre bancos.

### 6.10.3 EXEMPLOS PRÁTICOS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

Antes de começarmos a exemplificar as operações práticas de câmbio, vamos destacar os principais elementos envolvidos na operação, bem como faremos a contextualização desta operação e as técnicas utilizadas no processo.

Vale ressaltar que as operações são realizadas em um mercado cambial totalmente livre, e elas ocorrem num cenário comercial previamente definido. Isto é, já existe um acordo e documentos prontos para a negociação entre o comprador no Brasil e o vendedor no exterior.

Devido à dinâmica do mercado de câmbio e à rapidez na execução das operações, as transações interbancárias normalmente são efetuadas contatos telefônicos, o operador simplesmente irá confirmar a negociação dizendo “feito se confirmado” ou “não”, em caso negativo.

Quanto à data de efetivação do pagamento, todas as operações aqui demonstradas nos exemplos, são operações prontas e futuras, isto é, as moedas transacionadas deverão ser entregues dentro do prazo de até dois dias úteis para operações prontas e mais do que dois dias para as operações futuras, contados a partir da data de efetivação do negócio.

De acordo com Ratti (2001, p. 162), “nas cotações prontas são sempre considerados dois valores: um representa a taxa de compra (*bid*) e outro a taxa de venda (*offer*)”. Sendo assim, quando um operador de um banco X, solicita a cotação de determinada moeda a outro banco Y, ele receberá o valor da cotação na seguinte ordem “compra-venda”: Valor de compra / Valor de venda.

Desta forma, nossos exemplos serão todos analisados em função dos critérios e normas acima citadas:

Exemplo 1: No dia 31 de dezembro de 2014, o Jornal Nacional da TV Globo, em seu espaço reservado para economia, noticia que a bolsa de valor fechou em queda de 6%, sendo que as principais moedas internacionais estão sendo cotadas segundo a tabela abaixo:

Dólar americano.....	R\$ 2,8845
Euro.....	R\$ 3,2671
Libra esterlina.....	R\$ 4,4818
Yuan chinês.....	R\$ 0,4587



Pelo método direto, o operador estará comprando US\$ 1 no valor de R\$ 2,8845, isto é, para o operador brasileiro adquirir US\$ 1, terá que desembolsar R\$ 2,8845.

Análise semelhante é feita para as outras moedas com as cotações apresentadas acima.

Exemplo 2: Segundo a edição de 01/02/2015 do jornal Inglês “*The Economics*”, a Libra esterlina (£), está sendo cotada no mercado internacional pelos seguintes valores:

£ .....	US\$ 1,5537
£.....	R\$ 4,4818
£.....	€ 1,3717
£.....	CNY 9,7410

Pelo método indireto, no qual a quantidade de moeda necessária para se adquirir uma unidade de libra esterlina, as relações de valor são as mesmas.

Nesta cotação, percebe-se que para se comprar uma unidade de libra esterlina o operador deverá desembolsar US\$ 1,5537 dólares norte-americano, R\$ 4,4818 reais, € 1,3717 euros e CNY 9,7410 Yuan chinês.

Exemplo 3: Um operador brasileiro, funcionário do banco HSBC, solicita a outro operador francês, funcionário do banco NATIX, a cotação do euro, em resposta, o operador francês fornece a seguinte cotação:

$$\text{EUR / R\$} = 3,2671 / 3,2688$$

Com esta cotação, o operador francês informa que está comprando o euro a R\$ 3,2671 e vendendo ao preço de R\$ 3,2688.

Para o operador brasileiro esta é uma cotação direta, podendo ser expressa da seguinte forma:

$$\text{Euro.....R\$ 3,2671}$$

Para o operador francês transformar essa cotação em direta, para assim saber o preço do real em relação ao euro, terá que tomar as taxas recíprocas:

$$\text{R\$ 1,00} = 1 / 3,2671 = \text{€ 0,3060 para o valor de venda.}$$

R\$ 1,00 = 1 / 3,2688 = € 0,3059 para o valor de compra.

Porém, cumprimos a metodologia que diz que, a ordem das cotações deverá ser invertida, isto é, a taxa de compra passa a ser a taxa de venda e vice-versa. Desta forma, para o operador francês, o operador brasileiro está comprando o euro ao preço de € 0,3059 e vendendo ao preço de € 0,3060.

Exemplo 4: No começo do dia, um operador precisa passar uma estimativa de taxa de câmbio para um cliente potencial, sabendo que o cliente precisa saber qual é a cotação do euro em relação ao yuan chinês. Devido a situações adversas o operador possui apenas as cotações do Euro/ Dólar e conseqüentemente do Yuan/ Dólar.

O banco de Nova York fornece as seguintes cotações:

€.....	US\$ 1,4276
CNY.....	US\$ 0,1595

Como o operador, poderá passar essa taxa estimada ao cliente, sabendo que não possui a cotação direta do Euro/Yuan?

Nos casos em que o operador precisa determinar a relação entre duas moedas, tendo como base nas suas cotações uma terceira, ele terá que calcular as taxas cruzadas (*cross-rates*) entre as moedas.

Esta cotação será calculada estabelecendo-se a relação entre as três moedas.

1) Valor do Yuan em relação ao Euro:

$$\text{CNY } 1,00 = 0,1595 / 1,4276 = € 0, 1117$$

Isto significa que 1CNY chinês corresponde a € 0,1117 Euros.

2) O valor do Euro em relação ao Yuan:

$$€ 1,00 = 1,4276 / 0,1595 = \text{CNY } 8,9504$$

Logo, para o cliente, o operador poderá passar a seguinte cotação:

€.....	CNY 8,9504
--------	------------

Significa que, para se comprar 1€, ele terá que desembolsar CNY 8,9504 Yuan chinês.

Exemplo 5: No dia 10/12/2014, o dólar norte-americano estava sendo cotado no mercado brasileiro a uma taxa pronta de:

US\$.....R\$ 2,4651 / 2,5749

Nesta data, um importador brasileiro, acabando de fechar um negócio com seu fornecedor norte-americano, solicita ao banco HSBC a cotação do dólar norte-americano para liquidação no período de 60 dias, isto é, o pagamento deverá ser liquidado em 10/02/2015.

Respondendo à solicitação, o operador de câmbio fornece a seguinte cotação para operações futuras:

US\$.....R\$ 2,9045

Em seguida, o importador sinaliza que fecha a operação comprando o valor equivalente a US\$ 32.520,00. Neste instante, o operador oficializa a operação lançando em seu sistema para liquidação futura o seguinte valor na conta do importador:

10/12/2014: Venda de US\$ 32.520,00 a R\$ 2,9045.....R\$ 94.454,3400

Conforme observado anteriormente, a taxa de câmbio futuro é uma taxa calculada pelo banco, tendo como referência a taxa de câmbio pronta no dia da operação projetada para o período futuro, adicionado o valor da margem de risco analisada em função do mercado e das moedas envolvidas.

Devido a esses motivos, essa taxa sairá sempre mais cara do que contratar a operação de câmbio pela taxa pronta na data de vencimento do compromisso.

No dia 10/02/2015, o banco HSBC solicita a cotação do dólar ao banco norte-americano para a compra de US\$ 32.520,00 e recebe a seguinte cotação:

US\$.....R\$ 2,6021 / 2,6922

O operador brasileiro confirma a compra do valor transferindo ao banco americano o seguinte valor:

10/02/2015: Compra de US\$ 32.520,00 a R\$ 2,6922.....R\$ 87.550,34

Desta forma, o banco HSBC transfere o valor de R\$ 87.550,34 para o banco correspondente norte-americano e ao mesmo tempo efetua o pagamento de US\$ 32.520,00 ao banco do fornecedor americano.

Por fim, o banco transfere da conta do importador brasileiro para a sua conta o valor de R\$ 94.454,34.

Nessa operação de câmbio, o operador do banco HSBC obteve de lucro o seguinte valor:

Venda: US\$ 32.520,00 * R\$ 2,9045.....	R\$ 94.454,34
Compra: US\$ 32.520,00 * R\$ 2,6922.....	R\$ 87.550,34
Lucro do banco:.....	R\$ 6.904,00

Considerando que, diariamente os bancos executam várias operações de câmbio pode-se notar que o volume de valores movimentados e os lucros obtidos são consideráveis.

Neste caso, prevaleceu a dinâmica do banco em relação à estratégia do importador, pois se ele tivesse esperado para fechar o câmbio na data do vencimento, teria uma redução de custo de R\$ 6.904,00.

## 6.11 O CONTRATO DE CÂMBIO

Devido à extensão do mercado de câmbio e ao fato de todas as operações de compra e venda de moeda estrangeira ocorrer num espaço virtual e muitas das vezes na forma verbal, o contrato de câmbio constitui-se no método mais usado para compra e venda e transferência de moeda estrangeira.

Ressalta-se que os contratos surgem como instrumentos para garantir os direitos das partes intervenientes e também como forma de fazer com que as obrigações sejam cumpridas. Tendo uma finalidade jurídica e cambial, ele é o documento que formaliza e garante os direitos dos intervenientes no processo de negociação, bem como a efetivação documental do acordo verbal entre as partes no momento da execução da operação de câmbio, Hartung (2001).

O contrato de câmbio representa a manifestação da vontade entre as partes no cumprimento das obrigações de pagamento, independente de alterações futuras no cenário econômico e comercial, tanto a curto como a longo prazo.

O número elevado de operações diárias é justificado pelo baixo risco que ele apresenta na liquidação do negócio e o seu custo de contratação baixo

e rápido comparativamente às outras formas de compra e venda de moedas estrangeiras.

Tendo o Banco do Central a competência e monopólio sobre o controle do fluxo de moeda estrangeira, é de sua competência a padronização, o controle, a regulamentação das normas, o prazo de emissão e o registro do contrato de câmbio (HARTUNG, 2001).

Cumprindo a regulamentação, o contrato de câmbio é emitido pelos agentes autorizados a operar no mercado de câmbio.

Sendo assim, nele constam informações referentes à data do contrato da operação, as características e as condições sob as quais se realizam a operação, nome da moeda que um cliente está comprando ou vendendo, a taxa contratada, o valor correspondente em moeda nacional, os nomes do comprador e do vendedor, o banco contratante e o banco beneficiário.

Essas considerações são reforçadas por Hartung (2001, p.83), quando afirma que:

As instituições fazem seus contatos via telefone, oferecendo dólares para vender ou procurando para compra. É um procedimento normal. Quando os bancos fecham entre si, compras e vendas, eles fazem o registro do negócio através de uma transação específica do SISBACEN. Um banco efetua o registro no sistema do outro, e este último tem prazo de uma hora para efetivar o registro, caso contrário a operação não é validada e deverá ser novamente registrada.

Desta forma, o contrato de câmbio é emitido e oficializado cumprindo-se duas etapas, que vai desde a contratação até a liquidação.

A contratação é a etapa correspondente ao momento em que o comprador ou vendedor concorda com a taxa de câmbio cotada, confirmando com um “sim”. Este momento caracteriza a assinatura do contrato e, com isso, o banco deve disponibilizar os recursos, informar as datas de liquidação, entre outros detalhes.

A liquidação é o momento da transferência para a conta do beneficiário do valor correspondente na contratação. Esta etapa deve ser totalmente fiel ao acordo feito verbalmente no momento da contratação, de forma a não transgredir as normas internacionais de compra e venda e divisas.

### 6.11.1 O SISBACEN

O mercado de câmbio é a principal porta de entrada e saída de moedas estrangeiras de um país. Concentrando o maior volume de operações de compra e venda de moedas estrangeiras, o contrato de câmbio tornou-se um instrumento de grande importância para a mensuração do grau de atividade econômica de um país com o resto do mundo.

Porém, em função do elevado volume financeiro movimentado por este canal, existe a necessidade de ter-se um controle por parte das autoridades monetárias sobre o volume de operações cambiais realizadas utilizando-se o contrato de câmbio como forma de comercialização monetária.

E necessário, pois analisar que o SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central – é um sistema eletrônico, em que são registradas as operações de câmbio brasileiras. Esse sistema funciona como uma bússola que direciona o Banco Central sobre as medidas que devem ser tomadas para manter o equilíbrio monetário brasileiro, Hartung (2001).

Incorporado ao sistema de informação do Banco Central, o SISBACEN é um sistema on-line de teleprocessamento que também integra a rede bancária autorizada a operar no mercado de câmbio, bem como os corretores autorizados.

Ele é o principal instrumento de controle da atividade cambial do Banco Central sobre os bancos autorizados a operarem no mercado de câmbio, possibilitando assim, saber o volume efetivo de contratações de câmbio em tempo real. (HARTUNG, 2001).

O lançamento das informações no SISBACEN é de responsabilidade dos agentes autorizados a operarem no mercado de câmbio, à medida que as operações vão ocorrendo. Pela integração do sistema, essas informações ficam à disposição imediata do Banco Central.

Com as informações do fluxo monetário gerados pelos contratos de câmbio, o Banco Central e o governo podem definir que tipos de medidas cambiais adotarão caso seja necessário, além disso, ambos têm um espelho da atual situação econômico-financeira do país. Sendo assim, os contratos de câmbio devem ser registrados no SISBACEN, sendo que, o responsável por esse lançamento passa a ser o agente autorizado a operar no mercado.

## **7 ELABORAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO EM UM PROCESSO DE IMPORTAÇÃO**

Conforme visto anteriormente, o contrato de câmbio constitui-se no instrumento legal, por meio do qual se oficializa a vontade e o comprometimento entre comprador e vendedor de moeda estrangeira acordada durante a operação de câmbio.

Por meio dele, são distribuídas e especificadas as responsabilidades das partes e sinalizada a concretização desta operação entre ambas as partes junto às autoridades que regulamentam e fiscalizam o mercado de câmbio.

Sendo assim, a elaboração do contrato de câmbio envolve a participação das instituições financeiras autorizadas a operarem no mercado de câmbio, obedecendo, desta forma, todas as normas nacionais e internacionais estabelecidas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Além do controle feito pelo Banco Central, os bancos e os agentes autorizados a operarem no mercado de câmbio são obrigados a instruírem os seus clientes a obedecerem todas as regras estabelecidas pela C.N.C. (Consolidação das Normas Cambiais), na elaboração do contrato de câmbio.

Assim, antes de tratarmos dos aspectos referentes ao processo de elaboração do contrato de câmbio, cabem desde já algumas explicações básicas, para entendermos o processo de importação.

### **7.1 PROCESSO DE IMPORTAÇÃO**

De acordo com Werneck (1997, p 13), “importação é à entrada da mercadoria estrangeira no território nacional. Essa entrada pode ser por um prazo limitado (admissão temporária) ou a título definitivo”.

Esse processo ocorre em função de várias razões. Podemos destacar a escassez de certo produto em um país, que está abundante em outro; a melhor qualidade produto externo comparativamente ao nacional; o menor preço do produto no exterior; entre outros.

Todas as decisões referentes à efetivação desse processo são tomadas em função das necessidades dos países considerando os ganhos e

vantagens que esta operação lhe proporcionará, isto é, não existe a obrigação entre as nações de importar certo produto de outro país.

Porém, as mercadorias que ingressam no país decorrente do processo de importação definitiva, são submetidas ao processo de nacionalização. Por conseguinte, esse tipo de despacho destina-se à mercadoria para consumo.

O processo de nacionalização consiste na satisfação de todas as exigências legais para que a mercadoria estrangeira possa circular na economia nacional com a mesma aceitação comparativamente à nacional, (WERNECK, 1997).

Essa satisfação passa pelo crivo das instituições autorizadas pelo poder público (ANVISA, CNPq, DECEX, IBAMA, entre outras), responsáveis pela padronização e pelo controle da qualidade das mercadorias que circulam no comércio nacional. Em função disso, existe um rigoroso controle do fluxo de entrada de mercadorias importadas no país com o movimento de moeda estrangeira com o resto do mundo.

Porem, nem toda operação que envolve a importação de mercadoria para o mercado brasileiro, requer a oficialização de compra e venda de moeda estrangeira por meio da emissão do contrato de cambio. Desta forma, às importações brasileiras podem ser classificadas com cobertura cambial ou sem cobertura cambial.

Contudo, ressalta (BIZELLI; BARBOSA, 1993, p. 49) que “nas operações de importações conduzidas sem cobertura cambial inexistente contratação de cambio, uma vez que, como vimos, não haverá necessidade de aquisição de moeda estrangeira”. Porem, para esse tipo de operação, podemos destacar, por exemplo, o recebimento de amostras grátis por uma empresa brasileira de seu parceiro no exterior.

Sendo assim, as operações de importação na qual o pagamento ao exterior é formalizado através do contrato de cambio caracterizam-se como uma importação com cobertura cambial.

## INCOTERMS – Termos Internacionais de Comércio

Instituídos pela Câmara Internacional de Comércio, os INCOTERMS definem as regras a serem utilizadas nas operações internacionais de comércio



exterior, especificando os direitos e as obrigações do vendedor e comprador no processo. (LUNARDI, 2000).

Em função da realização de negócios entre países de diferentes regimes, normas e leis financeiras, eles foram instituídos com o objetivo de se evitarem ou reduzirem as possibilidades de equívocos nas condições de negociação, prejuízos entre as partes e transferências indevidas de responsabilidades durante o processo de comercialização.

Por meio dos INCOTERMS definem-se de forma clara as condições de venda, as responsabilidades sobre o frete, o seguro da mercadoria, a movimentação em terminais, o local de coleta e de entrega da mercadoria, a liberação em alfandega, o momento de transferência de responsabilidade, entre outros.

De acordo com Lunardi (2000, p. 42):

São treze os termos propostos pela Câmara de Comércio Internacional: EWX, FCA, FAZ, FOB, CFR, CIF, CPT, CIP, DAF, DES, DEQ, DDU, DDP, os quais, sempre devem ser identificados por **três letras maiúsculas**, extraídas da nomenclatura do idioma inglês. Como, historicamente, a maioria dos negócios brasileiros em comércio exterior têm sido realizados nas condições FOB e CFR, para as importações, e FOB, CFR e CIF, para as exportações, é muito comum confundir a data de “entrega” dos bens com a sua data de embarque.

Porem, não existe uma escala de INCOTERMS a ser usada por determinados países ou bloco econômico. Desta forma, elas são determinadas em função das condições acordadas entre vendedor e comprador, bem como, das normas de comércio exterior vigentes no país.

Em função do histórico de operações de comércio exterior no Brasil, podemos destacar os INCOTERMS mais utilizados no processo de importação:

#### EWX – *Ex Works*

Nessas condições de negociação, o exportador tem a sua participação no negócio encerrada, quando acondiciona a mercadoria na embalagem de transporte e a disponibiliza para o importador, no prazo acordado, no interior do seu estabelecimento para a coleta.

É de responsabilidade do importador estrangeiro providenciar a coleta da mercadoria no interior do estabelecimento do exportador, bem como o

transporte interno da mercadoria, o embarque para o exterior, os licenciamentos junto às instituições reguladoras, a contratação do frete, o seguro internacional, a armazenagem, etc.

Este tipo de negociação acontece quando o vendedor não possui condições de garantir a segurança e o envio da mercadoria fora de seu estabelecimento. Sendo assim, o comprador assume todos os custos e riscos durante o transporte da mercadoria do estabelecimento do exportador até o destino.

#### *FOB – Free on Board*

Nessas condições de negociação, a responsabilidade do exportador sobre a mercadoria vai até o momento da transposição dela no navio, isto é, a mercadoria a bordo do navio no porto de embarque. Esta negociação exige que o exportador se responsabilize por todos os aspectos referentes ao desembaraço de exportação da mercadoria.

Sendo assim, os custos referentes ao transporte internacional são de exclusiva responsabilidade do importador.

#### *CFR – Cost and Freight*

Nessa condição de negociação, o exportador assume a responsabilidade de pagar todos os custos anteriores ao embarque internacional, incluindo também, o frete internacional para transporte da mercadoria até o porto de destino indicado pelo importador.

Uma das características dessa condição, é que os riscos de perdas e danos na mercadoria são transferidos do exportador para o importador, independente do frete ser pago pelo vendedor.

As outras relações de venda não serão detalhadas neste capítulo em função do seu baixo volume de operações dentro do cenário do comércio exterior brasileiro.

## 7.2 DOCUMENTOS DE IMPORTAÇÃO

Desde o início da negociação para abertura de um processo de importação, existem vários documentos que devem ser emitidos pelo exportador, pelo transportador e pelo importador. O exportador deve cumprir todas as exigências e condições solicitadas até a chegada ao destino final e o importador deve cumprir as exigências desde a saída da mercadoria na origem até a sua chegada ao destino, quando já estará nacionalizada e pronta para uso e consumo.

Segundo Nicoletti (1997, p. 22):

Nas transações comerciais de exportação e importação, o vendedor (exportador) formaliza a venda, mediante assinatura de um contrato! Na fase inicial, após realizados os esforços de marketing, o importador solicita a mercadoria, mediante uma “ordem” por escrito, após o recebimento da fatura “pro forma”, semelhante a uma nota fiscal! No despacho da mercadoria, o exportador emite a fatura em definitivo e, após colocar a mercadoria o meio de transporte, recebe o conhecimento de embarque (prova de entrega da mercadoria).

Por parte do exportador, após a confirmação de que será feito o negócio, devem ser apresentados basicamente os seguintes documentos internacionais:

### PROFORMA INVOICE

Emitida pelo exportador, é a fatura que formaliza o início da transação comercial. Ela procede a fatura comercial, descrevendo as características da mercadoria, condições de venda, custo unitário do produto e total da fatura, quantidades, entre outras informações.

A Proforma Invoice é comumente utilizada para cotação e como documento de formalização das condições tratadas entre as partes.

Dependendo das condições de pagamento entre as partes, a Proforma Invoice quando assinada e autenticada pelas partes, serve de documento para fechamento de câmbio.

## COMERCIAL INVOICE

Fatura internacional que formaliza o fechamento das negociações entre importador e exportador, sua presença é imprescindível para que a mercadoria seja liberada no país de destino.

A Comercial Invoice formaliza a transferência de propriedade da mercadoria, bem como a descrição das características do produto vendido, quantidade, preço unitário, peso líquido e peso bruto, nome e endereço do exportador, importador, dados bancários para transferência, forma de pagamento, termo de garantia, etc. Esse documento é entendido como a nota fiscal de comércio internacional.

## PACKING LIST

O Packing List é um documento emitido pelo exportador que serve principalmente para instruir o pessoal da logística de transporte e armazenamento sobre a localização, tipo de produto, quantidades ou as unidades que foram comercializadas naquela remessa.

Ele relaciona a forma pela qual as mercadorias estão distribuídas nas embalagens, *containers* ou *pallets*, facilitando sua localização e armazenamento no depósito do importador. Porém, no Packing List, encontram-se também, informações referentes ao destinatário para qual está indo a mercadoria, as quantidades, os volumes, etc.

Além desses documentos, existem ainda outros que têm as suas emissões condicionadas ao tipo de mercadoria que será comercializada, quais as condições de transporte, etc. Entre eles podemos citar: o Certificado de Origem, a ficha técnica, o certificado de fumigação, etc.

Por conseguinte, existem os documentos que são exclusivamente emitidos pela empresa de transporte ou por seu agente autorizado a realizar o transporte da mercadoria.

## CONHECIMENTO DE EMBARQUE

Emitido pela empresa contratada para realizar o transporte da mercadoria, o conhecimento de embarque ou conhecimento de carga é o

documento que constitui prova de embarque da mercadoria e constitui prova das responsabilidades sobre o cuidado, o envio e a preservação da carga.

O conhecimento de embarque cumpre todos os requisitos previamente acordados entre as partes na definição do INCOTERMS, pois ele pode ser contratado tanto pelo importador quanto pelo exportador, dependendo da modalidade de negociação da venda da mercadoria.

Ele tem por finalidades descrever que tipo de mercadoria está sendo transportado, peso, a quantidade de volumes, a marca, a data de envio, previsão de chegada ao destino, o local de embarque e de destino, o valor do frete, a taxa de câmbio aplicada, as rotas, o valor das tarifas, etc.

De acordo com Werneck (1997), os conhecimentos de embarque variam conforme o meio de transporte, sendo que têm suas descrições em inglês, e são:

- 1-Bill of Lading - BL: conhecimento marítimo;
- 2-Air Waybill - AWB: conhecimento aéreo, padronizado pela IATA;
- 3-Road Waybill - conhecimento rodoviário;
- 4-Rail waybill - conhecimento ferroviário.

O conhecimento de embarque é um documento que obrigatoriamente deve ser apresentado pelo importador no momento da retirada da mercadoria no porto de destino.

Por fim, cabe ao importador, como parte promotora da entrada da mercadoria estrangeira em território nacional, a emissão dos seguintes documentos:

## LICENÇA DE IMPORTAÇÃO

A licença de importação é um documento emitido pelo importador, condicionado ao tipo de mercadoria em função das suas características e condições, (WERNECK, 1997). A emissão deste documento é efetuada de forma a fornecer dados sobre as mercadorias que circulam no mercado brasileiro vindo do exterior.

Desta forma, a licença de importação constitui-se em um documento virtual, quando este procedimento é feito automaticamente, isto é, o importador preenche pelo sistema Siscomex o documento eletrônico on-line, passando todas as informações referentes à mercadoria importada.

Assim, na maior parte das operações de compra de mercadorias feitas por importadores no Brasil com o exterior, o licenciamento é feito automaticamente.

Por outro lado, a licença de importação constitui-se de um documento físico quando o importador ou o seu representante aduaneiro processam o licenciamento da mercadoria de forma não automática. Este processo constitui a menor parcela das operações de importação no Brasil.

A operação de licenciamento de mercadoria é efetuada com o auxílio do Siscomex, que é o sistema responsável pelo controle das importações por parte do governo e auxilia os importadores e agentes no processo de importações no Brasil.

## DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO

A Declaração de Importação constitui-se no mais importante documento emitido pelo importador de regularização e oficialização da entrada de determinada mercadoria no Brasil.

Por meio da Declaração de Importação, todas as mercadorias são liberadas para entrada e consumo no mercado interno, com todas as características de produto nacional.

Contudo, ressalta Werneck (1997, p. 91) que:

O importador verifica as alternativas de oferta no exterior, comparando qualidade, preço, forma de pagamento, prazo de entrega. Avalia o preço final no Brasil, considerando o preço da mercadoria, do transporte, do seguro, dos impostos e taxas e despesas de desembarço e movimentação da carga.

No preenchimento da Declaração de Importação, constam todas as informações referentes às características da mercadoria, informações comerciais, cambiais e fiscais necessárias para a sua liberação e apuração de quanto ela custou até a sua chegada ao destino.

### 7.3 SIMULAÇÃO DA EMISSÃO DO CONTRATO DE CAMBIO

A empresa VCA FIBRAS LTDA é uma empresa de pequeno porte que comercializa materiais de Fibra de Vidro.

Localizada em Curitiba (PR), no bairro CIC, a empresa é uma das poucas existentes neste segmento na cidade, em função da grande concentração de empresas do segmento localizadas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os materiais de Fibra de Vidro são utilizados em grande escala nos setores automotivo, náutico e da construção civil.

Existente no mercado há 10 anos, a VCA FIBRAS LTDA comercializa produtos nacionais e importados, sendo que atualmente os produtos importados representam 70% do seu faturamento, isto é, a empresa tem um ganho maior na comercialização de produtos vindos do mercado externo.

Pelo fato dos produtos importados constituírem a maior parcela do seu faturamento, e também, pelo fato da empresa ser de pequeno porte, a VCA FIBRAS LTDA terceiriza o seu serviço de importação por meio de um despachante.

De acordo com (NICOLETTI, 1997, p. 21), “o Despachante normalmente é nomeado pelo importador para realizar o processo burocrático que envolve a nacionalização da mercadoria importada”.

Por meio de uma procuração de representação, o diretor autoriza ao despachante aduaneiro a se responsabilizar por toda atividade específico relacionado às importações da empresa, isto é, ele tem a responsabilidade de fazer o acompanhamento e preparar a entrada da mercadoria no Brasil, analisar e elaborar os documentos necessários e fazer o desembaraço aduaneiro da mercadoria.

Atualmente, nos países mais desenvolvidos como EUA, Austrália, Espanha entre outros, essas matérias de Fibra de Vidro têm sido utilizados em grande escala na construção de pranchas de Surf, pois devido a sua leveza e baixa corrosão, proporciona maior qualidade e rendimento dessas pranchas.

Devido ao crescimento e à expansão do Surf no Brasil, o presidente da VCA FIBRAS LTDA a partir do seu espírito empreendedor e visão de mercado, decidiu começar a importar essas chapas de Fibras de Vidro para

comercialização e produção de pranchas de Surf no Brasil em cooperação com outra indústria do mercado nacional.

Por ser um produto novo no mercado, o diretor começa a busca por fornecedores no mercado internacional para assim poder efetivar a importação desse produto. Entre os principais critérios de análise dos fornecedores, o diretor da empresa avalia os preços, as condições de pagamentos, o tempo de atividade da empresa no mercado e as garantias fornecidas.

Durante uma participação em uma feira internacional de produtores de barcos na Europa, o diretor encontrou a empresa que se adaptou a todos os critérios de avaliação para fechamento do negócio.

A empresa que despertou o interesse do diretor da VCA FIBRAS LTDA para se tornar o fornecedor do material acima citado foi a NIDAPLAS Composites, uma empresa francesa que está no mercado há 20 anos com sede na cidade de Thiant, na França.

Ao retornar para o Brasil, o diretor da empresa solicitou por meio de contato telefônico uma cotação do produto ao departamento de venda da NIDAPLAST para uma possível importação. Com essa cotação, o importador solicitou também a ficha técnica para análise da qualidade do material a fim de consultar o enquadramento fiscal deste material no Brasil.

Em resposta ao contato feito pelo importador, o exportador solicitou uma formalização da cotação ao por e-mail especificando os produtos pelo qual ele estaria interessado em fechar a importação. No mesmo e-mail, o importador formalizou a cotação dos seguintes produtos:

Cotação: VCA FIBRAS LTDA
Produto: Colméia do tipo polipropileno
Tamanho: NIDAPLAST813MM 2134*1219 - 1 pellet
NIDAPLAST816MM 2134*1219 - 2 pallet
NIDAPLAST820MM 2134*1219 - 1 pallet

**Quadro 1: Simulação de uma Ordem de Compra**



Em resposta à solicitação feita pelo importador, o exportador respondeu a solicitação informando os preços das placas, quantidades correspondentes aos pallets e forma de pagamento.

A NIDAPLAST enviou de imediato por e-mail a cotação solicitada:

NIDAPLAST COMPOSITES		
Itens	Quantidade (M <sup>2</sup> )	Preço (EUR / M <sup>2</sup> )
NP 8 13MM 2134*1219	400,6	6,54
NP 8 16MM 2134*1220	650,33	7,47
NP 8 20MM 2134*1221	494,25	8,58
Incoterm: CFR		
Condição de pagamento: Venda somente antecipada		

**Quadro 2: Simulação de Cotação de Preço de Venda.**

Em posse dos preços e das quantidades solicitadas, o exportador enviou também a ficha técnica dos produtos para o importador.

Por conseguinte, o importador deu continuidade ao processo enviando os dados técnicos e as características do produto ao seu despachante aduaneiro que tinha a responsabilidade de analisar o enquadramento fiscal desta mercadoria, para assim, poder estimar os tributários que seriam recolhidos nesse processo.

Com os dados técnicos, o despachante forneceu informações como a NCM em que se enquadrava o produto, a alíquota do IPI que seria recolhido sobre o produto e o tipo de licenciamento que seria submetido.

Dando continuidade às negociações, as partes deveriam definir também juntamente com a modalidade de pagamento, as condições de venda, ou seja, a definição com relação ao pagamento de frete, seguro, local de embarque, prazo de entrega, etc.(NICOLETTI, 1997). Pelo Incoterm CFR, é de responsabilidade do importador o pagamento de todos os custos incorridos antes do embarque internacional.

Após o levantamento de todas as informações referentes aos custos do processo e às condições de negociação, o importador decidiu confirmar a importação com a NIDAPLAST Composites.

Assim, no dia 25/08/2012 o importador confirmou com o exportador o fechamento da importação, aceitando as condições e os preços anteriormente cotados. Desta forma a VCA FIBRAS LTA por intermédio do seu diretor, solicitou o envio da Proforma Invoice para o pagamento da mercadoria.

Com a solicitação da Proforma Invoice as informações referentes ao processo de importação passaram a valer e deveriam ser rigorosamente cumpridas pelas duas partes até a chegada da mercadoria ao Brasil.

No dia 31/08/2012, o exportador enviou a Proforma Invoice (Anexo 1), assinada e autenticada para o importador, para efetuar o pagamento da importação. A partir desse instante, a Proforma Invoice passou a ser o principal documento para a transferência de valores entre os bancos, visto que, a condição de pagamento acertado entre as partes foi a de que o importador efetuaria primeiro o pagamento e receberia a mercadoria posteriormente (*Cash in Advance*).

Sendo no momento o principal documento para a contratação do câmbio, nele constaram as seguintes informações:

- Dados do importador;
- Número da Proforma Invoice;
- Termo de envio (Incoterm);
- Termo de pagamento;
- Quantidade e preço em moeda estrangeira por unidade;
- Preço total da fatura em moeda estrangeira;
- Custo do frete;
- Tipo de container e tamanho;
- Descrição do produto;
- Peso bruto e líquido da mercadoria;
- Países e cidades de origens e destino;
- Portos de embarque e desembarque;
- Dados bancários do exportador.

Com essas informações o importador estava apto para efetuar o pagamento junto ao Banco no Brasil.

Após acompanhamento da evolução do mercado de câmbio durante uma semana, no dia 18/09/2012, o diretor da VCA FIBRAS LTDA achando a taxa de câmbio praticada naquele dia atrativa, autorizou seu departamento financeiro a efetuar o fechamento de câmbio referente à importação com a NIDAPLAST para entrega da moeda em até dois dias.

Em seguida o departamento financeiro entrou em contato com o Banco HSBC e solicitou a cotação do Euro para pagamento de uma importação na modalidade D0 D1. O banco, então, informou que o Euro estava sendo cotado a R\$2,68. No mesmo instante, o financeiro da VCA FIBRAS LTDA autorizou o fechamento de câmbio correspondente ao valor da Proforma Invoice.

Fechado o câmbio, o departamento financeiro de empresa brasileira envia a Proforma Invoice assinada pelo importador e o exportador, representando desta forma, o acordo e a vontade entre as partes em fechar o negócio.

Com isso, o pagamento foi realizado através de bancos, utilizando-se de mensagens codificadas enviadas pela internet como meio de comunicação entre os bancos. Assim, um banco só paga o outro, caso receba o contra valor na moeda local do importador. Após a verificação deste recebimento, foi emitido pelo banco o contrato de câmbio, (NICOLETTI, 1997).

Por fim, no dia 20/09/2012, o Banco HSBC enviou ao departamento financeiro da empresa VCA FIBRAS o contrato de câmbio referente ao processo de importação com a empresa francesa NIDAPLAST (Anexo 2).

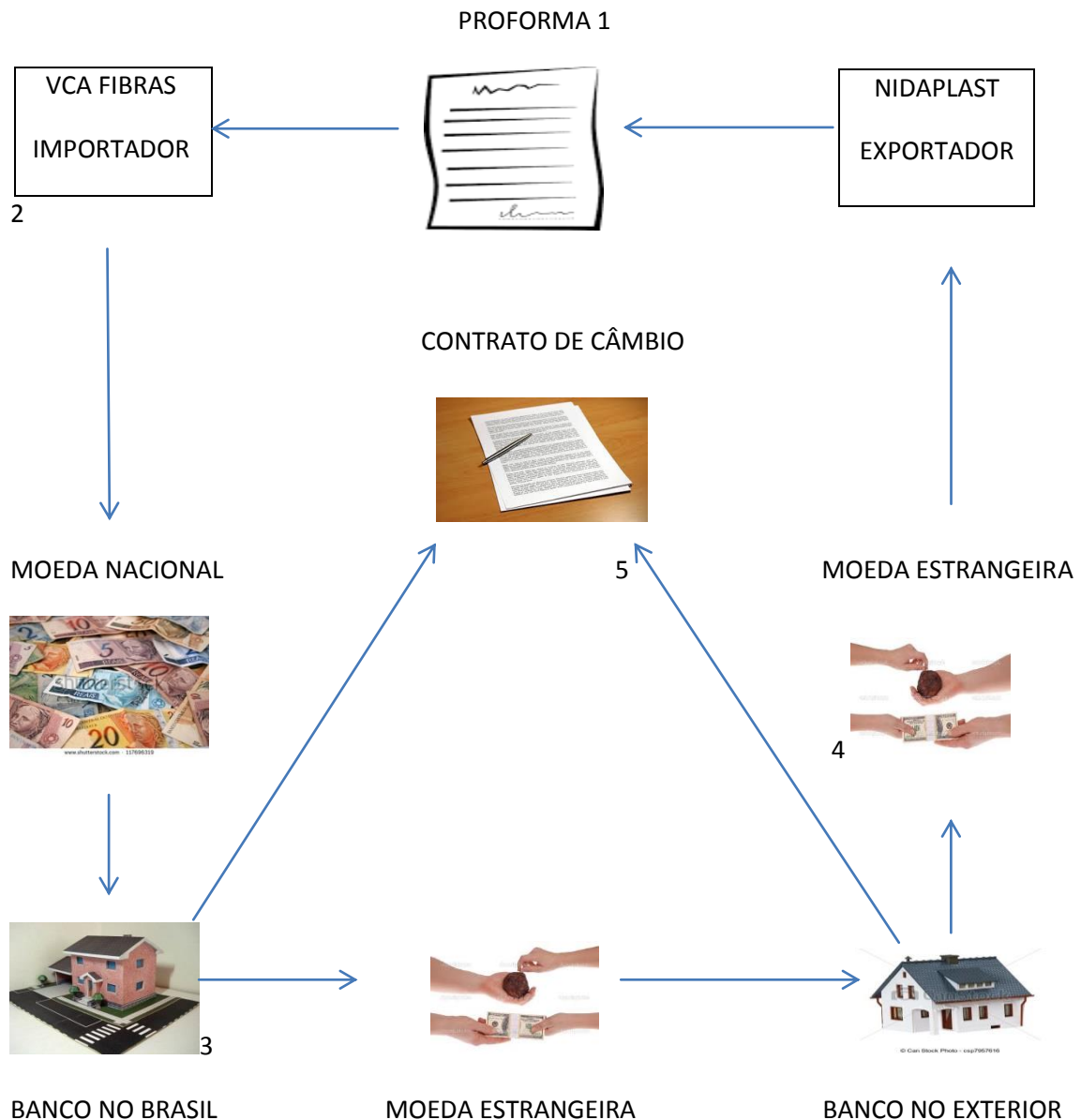
Com a emissão do contrato de câmbio, ficaram concluídas as obrigações financeiras referentes à compra da matéria-prima por parte do importador, e comprovou-se o recebimento dos valores referentes à venda pelo exportador.

Este documento também confirmou a legitimidade da operação financeira realizada entre as partes, evitando-se problemas no ato de entrada da mercadoria no país. Ele serviu também de comprovante de transferência financeiras entre a empresa brasileira e o exterior, auxiliando assim, o controle por parte das autoridades financeiras sobre o número de transações entre o Brasil e o resto do mundo.

Assim esse processo inicial de importação até a emissão do contrato de câmbio com pagamento antecipado, teve continuidade com o envio da mercadoria e o correspondente desembaraço aduaneiro no Brasil, cumprindo-se dessa forma o processo completo de importação.

## 7.4 FLUXOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO

A emissão do contrato de câmbio pode ser facilmente visualizada no fluxograma abaixo para uma importação com pagamento antecipado:



- 1 - O EXPORTADOR ENVIA A PROFORMA INVOICE
- 2 - O IMPORTADOR FECHA O CÂMBIO
- 3 - O BANQUEIRO FAZ A ORDEM DE PAGAMENTO AO EXTERIOR
- 4 - O BANCO NO EXTERIOR PAGA O EXPORTADOR
- 5 - O CONTRATO DE CÂMBIO É EMITIDO.

**Figura 1: Fluxograma de Emissão do Contrato de Câmbio em uma Importação com pagamento Antecipado.**



VCA FIBRAS LTDA

Av Juscelino Kubitschek de Oliveira, xxx

CIC - XXXXX-XXX Curitiba - Paraná

BRASIL

# PRO-FORMA INVOICE

Number	Date	Your reference	Our reference	Sector	Delivery terms
V1280009	31/08/12	mail 31.08.12		NICOLLET	CFR1

Quantity	Items	Quantity M2	EUR / M²	Amount EUR
154	Placas tipo colméia de polipropileno			0,00
	NIDAPLAST 8 13MM 2134*1219 - 1 pallet	400,60	6,54	2 619,92
250	NIDAPLAST 8 16MM 2134*1219 - 2 pallets	650,33	7,47	4 857,97
190	NIDAPLAST 8 20MM 2134*1219 - 1 pallet and bulk	494,25	8,58	4 240,67
	Freight cost	1,00	2 180,00	2 180,00
	2% discount for payment before shipment	1,00	-277,97	-277,97
	20' Dry container - Packaging: 4 pallets and bulk			0,00
	Total Net Weight: 2 062 Kg - Total Gross Weight: 2 124 Kg			0,00
	Incoterm: CFR Paranagua port			0,00
	Country of Origin: France - Country of Proceadence: France			0,00
	NCM - Customs Tariff code : 39 21 19 00			0,00
	CNPJ (VAT) number of Diprofiber: 00 132 872 0001 03			0,00
	The goods must be Consigned and Notified to VCA Fibras Ltda			0,00
	EORI: FR97120447400060			0,00
	Loading Port: Antwerp, Belgium - Discharge Port: Paranagua, Brazil			0,00
	Payment terms: Cash in advance			0,00

**TOTAL 1 545,18 M² 13 620,59 E**

Amount	Discount for cash payment %:	Terms of payment	Carriage & Packing	Packing	TOTAL
EUR	0,00 EUR	Transfer inter-ban At 31/08/12	2 180,00 EUR		13 620,59 EUR

Goods of French origin. Custom tarif : 39 21 19 00. Prices without taxes Euros. Banking Domiciliation : Natexis NBP Paris- Account n° 04238505000.

"Livraisons de biens expédiés hors du territoire des états membres de la communauté Européenne sont exonérées de la TVA Art. 282 I - premièrement du CGI."

Stockage : A l'intérieur, à l'abri des U.V. Clause de Réserve de Propriété : ces marchandises restent notre propriété jusqu'au paiement intégral du prix (loi n° 80.335 du 12.05.80)  
Conditions générales de vente - Voir au verso. Paiement : Un escompte égal à 21/2 ème du taux moyen mensuel du marché monétaire au jour le jour (du mois précédent la facturation) moins 1 point (TMM 1x/21/2) est accordé en cas de paiement dans les 8 jours d'exposition de la marchandise. Tout retard de paiement entraînera l'application sans mise en demeure préalable d'une pénalité de retard calculée prorata temporis au taux d'intérêt légal multiplié par 1,5.

an Etex GROUP company



NIDAPLAST - Rue Paul Vaillant Couturier - F - 59224 THIANT - France - Tél. : +33 (0)3 27 44 72 00 - Fax : +33 (0)3 27 44 88 05 e-mail : composites@nidaplast.com - site : www.nidaplast.com S.A.S. au capital de 1 061 998 € - R.C. VALENCIENNES 971 204 474 - SIRET 971 204 474 00060 - TVA : FR 87 971 204 474 - NAF : 2223 Z



## Contratos de câmbio

Ajuda

Operações liquidadas

Operador: VCA Group. 246824689

Operação: xxxxxxxxxxx-xx – VCA FIBRAS LTDA

Atenção: O material impresso por essa opção não tem validade para assinatura manual do contrato. Para obter o contrato padrão de câmbio para assinatura manual utilize a opção "Impressão de contratos para assinatura manual"

Para registrar a conferencia do contrato, verifique o conteúdo e clique em "Contrato conferido":

CNPJ / CPF: XXXXXXXXXXXXStatus: PENDENTE ASSINATURA DO CLIENTE

Número de referencia: 000107737465

Valores em moeda estrangeira: 13.620,59

Data de fechamento: 18/09/2012

Taxa: 2,6800000 %

Moeda: EUR

Valor em moeda nacional: 36.503,18

Cliente: VCA FIBRAS LTDA

CNPJ / CPF: XXXXXXXXXXXX

CPF	Nome	Data da assinatura	Status da assinatura	Motivo (em caso derrejeição)
-----	------	--------------------	----------------------	------------------------------

Banco: HSBC BANK BRASIL S.A

CNPJ / CPF: XXXXXXXXXXXX

CPF	Nome	Data da assinatura	Status da assinatura	Motivo (em caso derrejeição)
-----	------	--------------------	----------------------	------------------------------

Contrato de Cambio

Tipo de contrato	Evento	Numero do contrato de cambio	Data
VENDA	CONTRATAÇÃO	0000123456789	18/09/2012

As partes a seguir denominadas, instituição autorizada a operar no mercado de cambio e cliente, contratam a presente operação de cambio nas condições aqui estipuladas e declaram que a mesma subordina-se as normas, condições, exigências legais e regulamentares aplicáveis a matéria.

Instituição autorizada a operar no mercado de cambio

Nome	CNPJ
HSBC BANK BRASIL S.A	XXXXXXXXXX

Endereço

RUA DR SEIDEL 425 1 ANDAR – VILA LEOPOLDINA

Cidade	UF
SÃO PAULO	SP

Cliente

Nome	CPF / CNPJ / Ident. do estrangeiro
VCA FIBRAS LTDA	XXXXXXXXXX

Endereço

AV JUSCELINO K DE OLIVEIRA, XXXX CIDADE INDUSTRIAL.

Cidade	UF / País
CURITIBA	PR

Instituição intermediadora \*

Nome*	CNPJ*
-------	-------

Dados da operação

Cod. da moeda	Valor em moeda estrangeira
Estrangeira	EUR 13.620,59 (TREZE MIL E SEISCENTOS E VINTE EUROS E CINCOENTA E NOVE CENTAVOS ***** *****)

Taxa cambial	Valo da moeda nacional
2,680000000	R\$ 36.503,18 (TRINTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E TREZE REAIS E DEZOITO CENTAVOS*** ***** *****)

Descrição da forma de entrega da moeda estrangeira	Liquidação ate
65 SWIFT	19/09/2012

Código de natureza	Descrição da natureza do fato
15002 – 50 – N - 95 – 50	IMPORTAÇÃO GERAL

Pagador ou recebedor no exterior\*  
NIDAPLAST COMPOSITES

País do pagador ou do recebedor no exterior*	Código da relação de vinculo entre e o pagador / recebedor no exterior*
FR – FRANÇA	0 – SEM VINCULO

Percentual de adiantamento sobre o contrato de cambio*	RDE*

\*Campo a ser preenchido quando aplicável\*

Pagina 001



Tipo de contrato	Evento	Numero do contrato de cambio	Data
VENDA	CONTRATAÇÃO	0000123456789	18/09/2012

Outras especificações

DATA DA MOEDA ESTRANGEIRA: 19/09/2012  
 REFERENCIA INTERNA BANCO: ESC 85524 – HSBC ERICK  
 MODALIDADE DE TRANSAÇÃO: Pagamento antecipado  
 FATURA PROFORMA V1280009

Clausulas contratuais

(0141)

AS PENALIDADES PECUNIÁRIAS INSTITUIDAS PELA RESOLUÇÃO 2.901/2001 DO BANCO CENTRAL, BEM COMO AS ALTERAÇÕES COMPLEMENTARES, IMPOSTOSA INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO, MOTIVADAS POR OCORRENCIAS DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO CLIENTE OU INSTITUIÇÃO INTERMEDIADORA, SERAO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DESSE CLIENTE OU INSTITUIÇÃO, CONFORME O CASO, EDEVEM POR ELE (S) SER INTEGRALMENTE RESSARCIDAS A INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO A TITULO DE PERDAS E DANOS PRE-AJUSTADOS.

(0149)

TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE RESPALDAM A PRESENTE OPERAÇÃO DE CAMBIO E QUE TENHAM SIDO ENTREGUES E PRESTADOS, RESPECTIVAMENTE, INSTITUIÇÃO AUORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO, NÃO FORAM UTILIZADOS PELO CLIENTE PARA FECHAMENTO DE CAMBIO JUNTO A OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A MESMA OPERAÇÃO, INEXISTINDO DUPLICIDADE DE EFEITOS. A DOCUMENTAÇÃO QUE RESPALDA A PRESENTE OPERAÇÃO É LEGITIMA E SERA GUARDADA PELO CLIENTE PELO PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS CONTADOS DO TERMINO DO PRESENTE EXERCICIO OU DO EXERCICIO EM QUE OCORRER A LIQUIDAÇÃO, CANCELAMENTO OU BAIXA DESTE CONTRATO DE CAMBIO, O QUE OCORRER DEPOIS, DEVENDO SER APRESENTADO EM ATÉ 48 HORAS PELO CLIENTE SEMPRE QUE SOLICITADO PELA INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO OU PELO BANCO DO BRASIL.

(0153)

O CLIENTE CONCORDA EM INDENIZAR A INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO EM RELAÇÃO A TODAS AS PERDAS, DANOS, DESPESAS E PENALIDADES QUE ESTA VENHA A SOFRER EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO, PELO CLIENTE, DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO E NO REGULAMENTO DO MERCADO DE CAMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

(0154)

OS VALORES DAS INDENIZAÇÕES E MULTAS DEVIDOS PELO CLIENTE A INSTITUIÇÃO A INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO DECORRENTES DESTE CONTRATO DE CAMBIO SERAO DEBITADOS DE SUA CONTA CORRENTE MANTIDA JUNTO AO HSBC BANK BRASIL S.A. OU COMPENSADOS EM RELAÇÃO AOS VALORES A SEREM PAGOS AO CLIENTE PELO HSBC BANK BRASIL S.A.

(0160)

FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DDE CURITIBA-PR COMO COMPETENTE PARA CONHECER DE QUALQUER QUESTAO ORIUNDA DIRETA OU INDIRETAMENTE DESTE CONTRATO.

(0161)

O CLIENTE DECLARA QUE O PAGAMENTO ANTECIPADO OBJETO DESTE CONTRATO DE CAMBIO ESTA RESPALDADO EM OPERAÇÃO COMERCIAL EFETIVAMENTE JÁ CONTRATADA NO EXTERIOR, CONTENDO AS CONDIÇÕES AQUI PACTUADAS E A REALIZAÇÃO DO EMBARQUE OU NACIONALIZAÇÃO DAS RESPECTIVAS MERCADORIAS EM PRAZO SUPERIOR A 180 DIAS A CONTAR DA DATA DE LIQUIDAÇÃO DESTE CONTRATO.

(0164)

O HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MULTIPLO (INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO), SUAS COLIGADAS, CONTROLADAS, SUBORDINÁRIAS E AFILIADAS OBSERVARÃO TODAS AS LEIS, REGULAMENTOS, TRATADOS, ACORDOS, NORMAS CORPORATIVAS, LOCAIS E INTERNACIONAIS, REFERENTES À PREVENÇÃO DE QUAISQUER ATIVIDADES ILÍCITAS, E/OU SUSPITAS, NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL, EM ESPECIAL, MAS NÃO LIMITADAS AQUELAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO, FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES TERRORISTAS, CONTRABANDO, ENTRE OUTRAS ATIVIDADES SUSPEITAS. POR ESTA REZÃO, O HSBC E AS EMPRESAS DO GRUPO PODERÃO A SEU EXCLUSIVO CRITERIO, REJEITAR O CUMPRIMENTO DE

Tipo do contrato	Evento	Numero do contrato de cambio	Data
VENDA	CONTRATAÇÃO	0000123456789	18/09/2012

QUALQUER ORDEM RELACIONADA ÀS ATIVIDADES SUSPEITAS. O HSBC E/OU AS EMPRESAS DO GRUPO NÃO SERÃO RESPONSABILIZADOS, EM NENHUMA HIPÓTESE, POR EVENTUAIS RETENÇÕES, TRANSFERÊNCIAS, BLOQUEIOS DE RECURSOS OU PREJUÍZOS INCORRIDOS DE QUALQUER NATUREZA, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS REFERENTES À PREVENÇÃO DE ATIVIDADES SUSPEITAS.

(0174)

O CLIENTE ASSUME INTEGRAL E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE PELA OBTENÇÃO DE TODA E QUALQUER APROVAÇÃO JUNTO A QUALQUER AUTORIDADE COMPETENTE PARA A EFETIVAÇÃO DA IMPORTAÇÃO QUE RESPALDA ESTE CONTRATO E SE OBRIGA A INDENIZAR A INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO CASO ESTA VENHA A INCORRER, A QUALQUER TEMPO, EM QUALQUER ESPECIE DE ÔNUS (INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A PERDAS, DANOS, JUROS, MULTAS, PENALIDADES, ENCARGOS OU DESPESAS) EM DECORRÊNCIA DA NÃO OBTENÇÃO DE QUALQUER APROVAÇÃO COM RELAÇÃO À IMORTAÇÃO QUE RESPALDA ESTA OPERAÇÃO DE CAMBIO.

(0175)

O CLIENTE DECLARA CONHECER E CONCORDA EM CUMPRIR TODAS AS NORMAS CONSTANTES DO REGULAMENTO DO MERCADO DE CAMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS, INSTITUÍDO PELA CIRCULAR NR 3.280 / 2005 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, APLICÁVEIS A PRESENTE CONTRATAÇÃO.

(0180)

SAC DO HSBC 0800 729 5977 (LIGAÇÃO GRATUITA)  
SAC DO HSBC DEFICIENTES AUDITIVOS 0800 701 5934 (LIGAÇÃO GRATUITA)  
OUVIDORIA 0800 701 3904 (LIGAÇÃO GRATUITA)  
SITE: [WWW.HSBC.COM.BR/OUVIDORIA](http://WWW.HSBC.COM.BR/OUVIDORIA).

(0182)

O CLIENTE AUTORIZA O HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MULTIPLO, INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO, EM CARATER IRREVOGAVEL E IRRETRATAVEL, A TER ACESSO AS INFORMAÇÕES DE DÉBITOS E RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS CONSTANTES EM NOME DO CLIENTE PERANTE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E A CONSULTAR E REGISTRAR AS INFORMAÇÕES CONSTANTES EM SEU NOME, SOBRE QUAISQUER OPERAÇÕES DE CRÉDITO, NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR) DO BACEN, CONFORME NORMAS EM VIGOR.

(0183)

AS PARTES DECLARAM E RECONHECEM QUE, DENTRE AS NORMAS APLICÁVEIS DEFINIDAS PELA CLAUSULA ANTERIOR, ENCONTRAM-SE AS NORMAS E SANÇÕES PREVISTAS PELO OFFICE OF FOREIGN ASSETS CONTROL, DO DEPARTAMENTO DO TESOURO DOS ESTADOS UNIDOS (OFAC), AS QUAIS O HSBC E AS EMPRESAS DO GRUPO ADERIRAM IRRESTRITAMENTE. DESTA FORMA FICA DESDE JÁ ACORDADO QUE NÃO PODERÁ SER PRATICADA QUALQUER OPERAÇÃO RELACIONADA A PRESENTE CONTRATAÇÃO QUE ESTEJA, A QUALQUER TEMPO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, RELACIONADA A QUAISQUER RESTRIÇÕES, NORMAS E SANÇÕES PREVISTAS PELA OFAC, BEM COMO AOS PAÍSES E INDIVÍDUOS OBJETO DAS REFERIDAS SANÇÕES, FICANDO FACULTADO AO HSBC E AS EMPRESAS DO GRUPO, REJEITAR QUALQUER TIPO DE ORDEM, CRÉDITO OU DOCUMENTO, PARA QUAISQUER FINS, QUE SE ENQUADREM NO ACIMA DISPOSTO. AS PARTES SE OBRIGAM-SE, ANTES DE PRATICAR QUALQUER ATO SOB A PRESENTE CONTRATAÇÃO, A CONSULTAR AS REFERIDAS NORMAS E RESTRIÇÕES JUNTO A OFAC, DISPONÍVEIS EM [WWW.USTREAS.GOV/OFFICES/ENFORCEMENT/PROGRAM/](http://WWW.USTREAS.GOV/OFFICES/ENFORCEMENT/PROGRAM/).

(0189)

O CLIENTE AUTORIZA O DÉBITO DE SUA CONTA CORRENTE MANTIDA JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO DE TODOS OS VALORES, INDEPENDENTE DE SUA NATUREZA, DEVIDO A TAL INSTITUIÇÃO EM DECORRÊNCIA DA CELEBRAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO DE CAMBIO. CASO O CLIENTE NÃO POSSUA CONTA CORRENTE JUNTO A ESTA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO, TODOS OS VALORES DEVIDOS POR ELA EM DECORRÊNCIA DA CELEBRAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO DEVERÃO SER PAGOS VIA TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DIRETA (TED) OU OUTRA FORMA, CONFORME ACORDADO ENTRE O CLIENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A OPERAR NO MERCADO DE CAMBIO.

Tipo de contrato	Evento	Numero do contrato de cambio	Data
VENDA	CONTRATAÇÃO	0000123456789	18/09/2012

Instruções de recebimento / pagamento

Canal Bancário Moeda Nacional

Forma de entrega	Data	Banco	Agencia	Conta
CONTA CORRENTE	18/09/2012	399 – HSBC Bank Brasil	XXXX	XXXXXXX

Canal Bancário Moeda Estrangeira

Cod. Swift do Banco do Beneficiário	Cod. ABA do Banco do Beneficiário	Cod. Chip do Banco do Beneficiário
NATXFRPP		

Nome do Banco do Beneficiário  
NATIXIS

Cona no Exterior do Beneficiário / IBAN  
FR7630007999990423850500052

Cod. Swift do Banco Intermediário	Coc. ABA do Banco Intermediário	Cod. Ships do Banco Intermediário
-----------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------

Nome do Banco Intermediário

Conta do Banco do Beneficiário no Banco Intermediário / IBAN

Tipo de contrato	Evento	Numero do contrato de cambio	Data
VENDA	CONTRATAÇÃO	0000123456789	18/09/2012

O cliente declarater pleno conhecimento do texto constante do respectivo contrato de cambio, do artigo 23 da lei 4.131, de 03. 09. 1962, e em especial dos seus parágrafos segundo e terceiro transcritos neste documento, bem como do regulamento do mercado de cambio e capitais internacionais que regem a presente operação.

Artigo 23 da Lei 4.131, parágrafos segundo e terceiro com redação dada pelo artigo 72 da lei 9.06.1995:

“Paragrafo segundo – Constitui infração imputável ao estabelecimento bancário, ao corretor e ao cliente, punível com multa de 50 (cinquenta) a 300% (trezentos por cento) do valor da operação para cada um dos infratores, a declaração de falsa identidade no formulário que, em numero de vias e segundo o modelo determinado pelo Banco Central do Brasil, será exigido em cada operação, assinado pelo cliente e visado pelo estabelecimento bancário e pelo corretor que nela intervierem.

Paragrafo Terceiro – Constitui infração, de responsabilidade exclusiva do cliente, punível com multa de 5 (cinco) a 100% (cem por cento) do valor da operação, a declaração de informações falsas no formulário a que se refere o paragrafo.”

Assinaturas

| Instituição autorizada a operar no mercado de cambio: HSBC BANK BRASIL S.A. |

| Cliente: VCA FIBRAS LTDA |

| Instituição intermediadora |

## 8 CONCLUSÃO

Devido ao elevado volume de operações de contratação de câmbio no processo de comércio exterior, este trabalho procurou elencar os elementos participantes do processo de elaboração do contrato de câmbio, bem como a sua importância na segurança, regulamentação e garantia da credibilidade deste sistema de comércio.

O trabalho ressalta também a importância dos bancos como instituição financeira que realiza a transferência de divisas entre importadores e exportadores, destacando as técnicas de conversão de moeda entre eles no processo de transferência de valores, possibilitando assim, o envio de elevadas quantias monetárias para diferentes centros comerciais. Essas instituições operam como intermediárias do estado no auxílio e controle das operações monetárias entre países.

Por meio dos bancos autorizados a operarem no mercado de câmbio, o governo monitora todas as operações de entrada e saída de divisas, podendo desta forma, ter um controle do nível de atividade financeira do país em relação ao resto do mundo. Desta forma, o governo, por meio de políticas monetárias controla as suas reservas e estabelece parcerias comerciais com os seus principais mercados no exterior.

Dentro do cenário do comércio exterior, destacamos alguns dos principais fatores que influenciam diretamente no processo de compra e venda de mercadoria. Em função disso, observamos que as negociações no comércio internacional são diretamente influenciadas pela taxa de câmbio, estabilidade social e política entre as partes, normas e acordos preestabelecidos entre blocos comerciais, influenciando desta forma a dinâmica deste mercado e a paridade do poder de troca entre as moedas dos diferentes centros.

Observou-se que a taxa de câmbio, sendo um dos mais importantes elementos na tomada de decisão para a contratação do câmbio, tem o seu valor determinado pelas interações entre forças de oferta e demanda por moeda no mercado, isto é, uma variável cujo valor é imprevisível, tornando o mercado de câmbio mais atraente e seguro contra manipulações de preço entre as partes envolvidas nas operações de câmbio.

Destacamos que no Brasil, o mercado de câmbio é controlado e regulamentado pelo Banco Central, por ele são estabelecidas todas as leis e normas que permitem a operação deste mercado. O Banco Central é responsável pelo controle e pela gestão do fluxo de divisas internacionais em circulação no mercado de câmbio brasileiro, tendo a responsabilidade de adotar políticas monetárias de manutenção do poder de troca da moeda brasileira.

Neste trabalho, verificamos que o mercado internacional de câmbio opera 24 horas por dia, sendo que na medida em que operadores de determinado mercado abrem as negociações de moedas, em outros mercados estão encerrando as suas atividades, garantindo assim, operacionalidade integral deste mercado e a livre negociação de moedas e mercadorias em todo mundo. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional constituem-se como as principais instituições financeiras internacionais, responsáveis pela fiscalização, regulamentação e padronização do sistema monetário internacional.

As leis do comércio exterior foram implementadas pela Organização Mundial do Comércio, com o objetivo de regulamentar as negociações internacionais entre importadores e exportadores. Nelas observamos a determinação de termos que formalizam a distribuição de responsabilidades entre as partes referentes às condições e formas de pagamentos, responsabilidades no transporte das mercadorias, local de embarque e desembarque, data de envio e recebimento das mercadorias, documentos necessários para a efetivação do processo, entre outros, estabelecendo desta forma, uma linguagem universal de comércio internacional.

Por fim, retratamos a emissão do contrato de câmbio como sendo o comprovante financeiro e jurídico que formaliza a transferência de valores entre importador e exportador, e também como o documento que expressa o acordo e a vontade entre as partes na realização do negócio. Por meio do contrato de câmbio o banco descreve a responsabilidades, obrigações cumpridas e a serem cumpridas pelas partes envolvidas, garantindo a credibilidade da operação e cumprindo-se as normas internacionais de comércio.

O contrato de câmbio oficializa a entrada e saída de moeda estrangeira durante o processo de comércio exterior, constituindo-se desta forma, na ferramenta que garante o cumprimento da vontade jurídica, financeira e comercial entre as partes durante as operações de comércio exterior.

## REFERÊNCIAS

BIZELLI, Joao dos Santos; BARBOSA, Ricardo. **Noções Básicas de Importação**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; BEGG, David. **Introdução á Economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GÉLÉDAN, Alain; BRÉMOND, Janine. **Dicionário das Teorias e Mecanismos Econômicos**. 1. ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1988.

GONSALVES, Reinaldo; BAUMMAN, Renato; PRADO, Luiz; CANUTO, Otavio. **A Nova Economia Internacional**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

GRANEIRO, Walter J. B; MOURA, José Tupy Caldas de. **Em Busca da Nova Ordem Financeira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HARTUNG, Douglas S. **Negócios Internacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

HUGON, Paulo. **A Moeda**. 3. ed. São Paulo: Pinheiro, 1973.

KEEDI, Samir, **ABC do Comércio Exterior**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

LUNARDI, Angelo Luiz. **Operações de Câmbio e Pagamentos Internacionais no Comércio Exterior**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MELLAGI, Armando Filho; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 1. ed. São Saulo: Atlas, 2000.



MOTA, Luiz de Gonzaga Fonseca. **Introdução à Análise Monetária**. 1. ed. São Paulo: Atlas 1979.

NAKADA, Minoru. **A OMC e o Regionalismo**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

NICOLETTI, António Maximiano. **Conhecimentos Elementares de Comércio Exterior e Câmbio**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

SANT`ANA, José António. **Economia Monetária: Livro de Exercícios**. 1. ed. Brasília: UNB, 1997.

SOARES, Fernando. **Economia Brasileira da Primeira República ao Plano Real: Questões Anpec**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VICECONTI, Paulo E. V; NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia**. 9. ed. São Paulo: Frase, 2009.

WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior & Despacho Aduaneiro**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1997.